



Estratégia
CONCURSOS

Aula

História e Geografia do Amapá p/ ALAP (Conhecimentos Gerais - Todos os Cargos) - Pós-Edital

Professor: Sergio Henrique

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.	2
1. Contextualização: O Brasil e suas Regiões.	3
2. A Região Norte.	4
<i>2.1. O Amapá.</i>	<i>6</i>
3. Colonização da Região do Amapá.	7
<i>3.1. A Expedição do Espanhol Vicente Pinzon</i>	<i>7</i>
4. Disputas Territoriais e Conflitos Estrangeiros no Amapá.	9
<i>4.1. A Disputa com os Franceses</i>	<i>9</i>
<i>4.2. O Tratado de Utrecht (1713)</i>	<i>9</i>
<i>4.3. A Fortaleza de São José do Macapá</i>	<i>11</i>
<i>4.4. Os Nazistas na Amazônia</i>	<i>15</i>
5. Textos Complementares	16
6. Orientações de Estudo (Checklist) e Pontos a Destacar	19
7. Exercícios.	21
8. Considerações Finais.	48



00. BATE PAPO INICIAL.

Olá querido amigo concurseiro. Seja bem vindo ao Curso de **História e Geografia do Estado do Amapá** nesta jornada em busca de um excelente resultado no concurso da **Assembleia Legislativa do Estado do Amapá - ALAP**.

É com grande prazer que venho desenvolver com vocês esta disciplina. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia Concursos** e cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira focando em ensino e aprendizado para jovens e empreendedorismo. Na última década dedico-me para exames de alta complexidade e exigência em concursos públicos militares e preparatórios para o ENEM. O fórum de dúvidas é um instrumento fundamental de contato e para que possamos nos comunicar com maior dinamismo.

Está tentando ingressar no serviço público, uma área que atrai por várias razões: Tanto pela estabilidade e possibilidades de progressão na carreira quanto pelo viés cidadão de ocupar uma vaga de um cargo importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando. Um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim. São muitas coisas. E elas devem te acompanhar a todo o momento em sua preparação. É onde você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação.

Motivação, Disciplina e Estratégia. É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso. Mas fique tranquilo. O nosso conteúdo tem uma quantidade razoável de assuntos, mas que distribuídos em um bom número de aulas, vamos estudar tudo, bem detalhadamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e através da repetição. Caso você já domine o conteúdo teórico pode concentrar-se na resolução de exercícios. Para avaliações que demandam resultado a prática de questões é imprescindível e se tiver que priorizar alguma atividade, que seja a resolução e o estudo dos exercícios, mas lembre-se: o ideal é um ciclo completo: Leitura da teoria e prática dos exercícios. Então vamos ao trabalho.

Nossas videoaulas serão disponibilizadas no último módulo, será uma síntese em um modelo intensivo que abordará todo o conteúdo do curso. É um convite aos estudos. Venha comigo!



1. CONTEXTUALIZAÇÃO: O BRASIL E SUAS REGIÕES.



O IBGE divide o território em 5 regiões fisiográficas, ou seja, de acordo com critérios naturais e sócio econômicos. E sabemos que a distribuição do desenvolvimento no espaço não é homogênea (igual, bem distribuído). Observe o mapa e cada um dos limites estaduais. É importante que o mapa seja analisado o mais detalhadamente possível. Quanto mais você o analisa, mais informações consegue extrair dele. Isso é importante. Faça isso agora antes de continuarmos. O estado do Amapá possui limites com os estados:

- ✓ Pará (de onde foi desmembrado).
- ✓ Guiana Francesa.
- ✓ Suriname.
- ✓ Sua rede hidrográfica faz parte da complexa foz do rio Amazonas que desagua no atlântico.

2. A REGIÃO NORTE.

A região norte é formada pelos estados do Pará, Tocantins, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia. Na constituição de 1988, a região aumentou sua área territorial e população, pois o estado de Goiás foi dividido em Goiás e Tocantins, este último integrado à região norte. Ela é composta por sete estados e seu território é de 3,8 milhões de Km² (45% do território nacional), com uma população pouco superior a 15,8 milhões (2009) de habitantes, o que faz dela a região com o menor povoamento do país (densidade demográfica).

Aspectos Demográficos - Informações Gerais

Brasil e Grande Regiões	Projeção da população Total	Taxa de Crescimento anual (1)	Taxa de Urbanização (1)	Razão de Sexo	Razão de Dependência
Brasil	165.371.493	1,4	78,4	95,9	55,5
Norte	12.342.627	2,4	62,4	96,1	69,0
Nordeste	46.995.094	1,1	65,2	98,3	62,6
Sudeste	70.190.565	1,4	89,3	98,1	49,9
Sul	24.546.983	1,2	77,2	97,5	51,6
Centro-Oeste	11.296.224	2,2	84,4	97,7	52,3

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos.

(1) Permanecem os dados de 1996.

Brasil e Grande Regiões	Informações Gerais					
	Taxa de Fecundidade total (1)	Esperança de vida ao nascer (2)			Taxa de mortalidade infantil/mil (2)	Taxa de mortalidade menores de 5 anos/mil (3)
		Ambos os Sexos	Homem	Mulher		
Brasil	2,33	68,4	64,6	72,3	34,8	60,7
Norte	3,14	68,2	65,3	71,4	32,7	-
Nordeste	2,59	65,5	62,4	68,5	52,8	96,4
Sudeste	2,10	69,4	65,0	74,1	25,7	36,7
Sul	2,16	70,8	67,1	74,8	22,8	35,2
Centro-Oeste	2,15	69,1	66,0	72,7	26,1	41,1

(1) Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos.

(2) Estimativas para 1999 extraídas do documento IBGE/DPE/DEPIS "projeção da população das Grandes Regiões por sexo e idade 1991 - 2020".

(1) Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos.

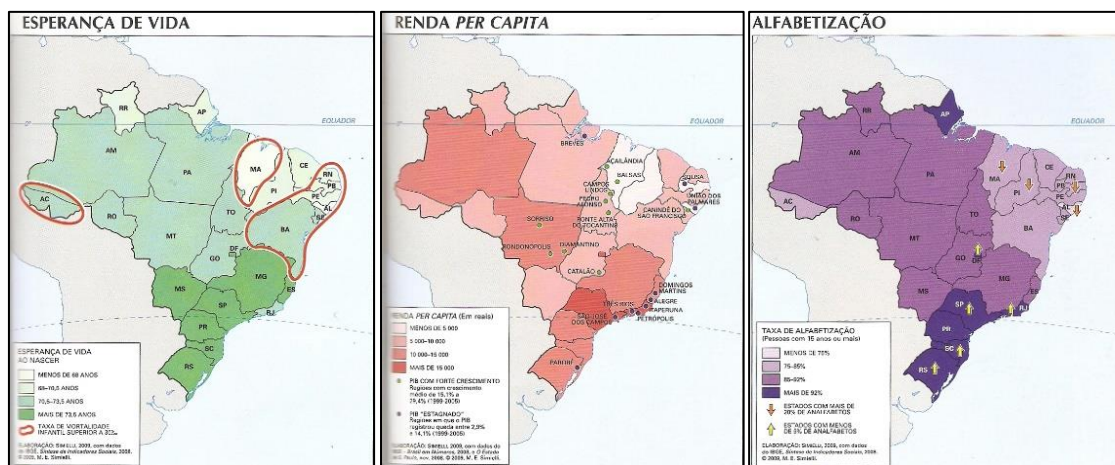
(2) Estimativas para 1999 extraídas do documento IBGE/DPE/DEPIS "projeção da população das Grandes Regiões por sexo e idade 1991 - 2020".



Brasil e Grande Regiões	Taxa de Mortalidade infantil e de menores de 5 anos de idade (1) por cor e sexo			
	Taxa de Mortalidade infantil / mil		Taxa de mortalidade p/ menores de 5 anos de idade / mil (2)	
	Homens	Mulheres	Homem	Mulher
Brasil	39,4	30,0	65,5	56,0
Norte	37,8	27,3	-	-
Nordeste	58,9	46,3	105,7	86,1
Sudeste	29,7	21,5	41,4	32,0
Sul	25,9	19,6	36,2	29,6
Centro-Oeste	28,8	23,4	46,1	34,9
	Branca	Preta e Parda	Branca	Preta e Parda
Brasil	37,3	62,3	45,7	76,1
Norte	-	-	-	-
Nordeste	68,0	96,3	82,8	102,1
Sudeste	25,1	43,1	30,9	52,7
Sul	28,3	38,9	34,8	47,7
Centro-Oeste	27,8	42,0	31,1	51,4

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos.

(1) Estimativas obtidas aplicando-se técnicas demográficas indiretas de mortalidade às informações sobre sobrevivência de filhos nascidos vivos, fornecidas pelas mulheres e coletadas pela PNAD 1996. Por questões inerentes à técnica utilizada, os resultados dessas estimativas referem-se, em média ao período 1993/94 e não ao ano de 1996.



A renda per capita é um indicador que possui um problema de análise bem grande. Apesar de ser um indicador médio e ter importantes usos analíticos, que podem permitir traçar perfis gerais, ele **omite as desigualdades sociais**. A renda per capita é calculada PIB/POP, em que o numerador é produto interno bruto e o denominador população total do país – população absoluta.



2.1. O AMAPÁ

Capital	Macapá
População estimada 2016 ⁽²⁾	782.295
População 2010	669.526
Área 2016 (km ²)	142.828,521
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	4,69
Rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> da população residente 2016 (Reais) ⁽¹⁾	881
Número de Municípios	16

O IDH do estado é médio, sua população é predominantemente urbana, e apesar dos índices sociais razoáveis, a mortalidade infantil é um problema para o estado. É pouco populoso e pouco povoado e sua paisagem plana possui formações vegetais variadas como o mangue, os campos, o cerrado e a floresta amazônica. Vamos ao longo do curso conhecer mais sobre o povoamento e detalhes naturais, humanos e econômicos amapaenses. Vamos iniciar nossos estudos com o histórico do povoamento.



3. COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO AMAPÁ.

3.1. A EXPEDIÇÃO DO ESPANHOL VICENTE PINZON

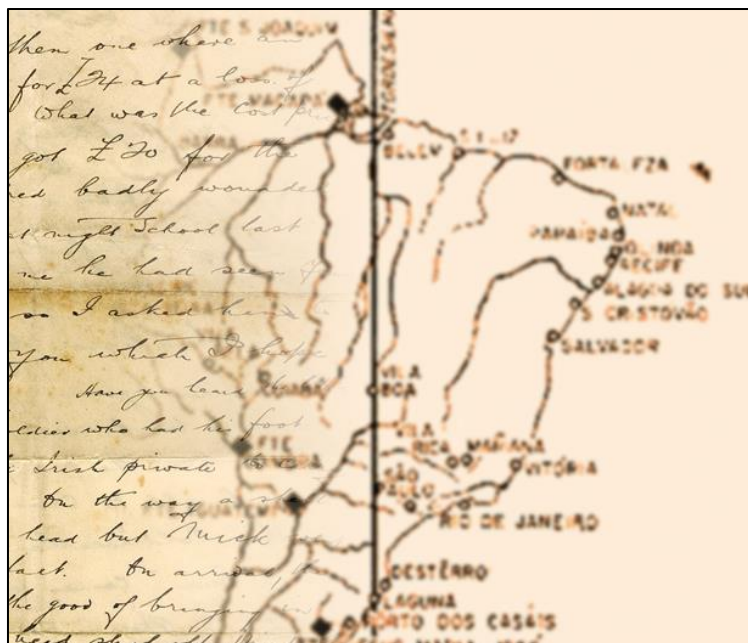
Eis um tema muito interessante e que pode ser cobrado, pois é um assunto muito instigante, visto que o primeiro a identificar e aportar no Amapá foi o espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514). Trata-se de um contexto que faz parte de um debate atual sobre a história do Brasil e um fato importante na história da colonização do Amapá. É no século XX que o Estado conhecerá a prosperidade econômica e um importante povoamento, desde os primeiros momentos da colonização foi tido como área estratégica, principalmente porque faz parte da desembocadura do rio Amazonas. A análise de documentos das expedições espanholas permitiu descobrir algo muito interessante: A primeira expedição a atravessar a foz do rio Amazonas foi a do espanhol **Vicente Pinzon**, que seguiu numa expedição de reconhecimento da América Central, e navegou pelo litoral das Guianas até Pernambuco. Até aí nada muito surpreendente, pois sabemos que o litoral foi bastante visitado por espanhóis e por piratas franceses e ingleses. É que a viagem de Pinzon ocorreu em 1499, e em janeiro de 1500 percorreu nosso litoral, ou seja, três meses antes da chegada da esquadra de Cabral, ele já tinha reconhecido nosso litoral.

Mas hoje sabemos que o território amapaense e a foz do rio Amazonas foram primeiramente visitados pelos espanhóis na expedição de Pinzon. Entretanto, na literatura histórica que é produzida nacionalmente, temos o debate sobre quem teria “descoberto o Brasil”. Ele foi um dos navegadores que, junto de Cristóvão Colombo, foram os pioneiros da chegada à América, e teria sido o capitão da Nina (três caravelas: Pinta, Nina e Santa Maria). De acordo com o historiador Max Justo Guedes, o principal estudioso do tema, Pinzon declarou ter aportado no Cabo de Santo Agostinho, numa audiência, na Espanha, que pretendia assegurar os direitos dos primeiros exploradores. Mas teria mentido para ter possíveis benefícios, diante dos problemas de demarcação, ou tenha se equivocado quanto a localidade. Guedes se baseia nas documentações do Historiador e diplomata brasileiro no Império, Francisco Varnhagen, que acredita que Pinzon equivocou-se e na verdade aportara na Ponta do Mucuripe, no Ceará. Há uma discussão acerca da localidade descrita por Pinzon, se é Mucuripe ou Santo Agostinho. **No Amapá foi o primeiro a identificar e navegar o rio Oiapoque**. Durante o período colonial foi conhecido com Rio Pinzon.

Neste contexto, todo o território do Amapá estava no território espanhol, no tratado de Tordesilhas, assinado em 1493, que definia uma linha de demarcação num meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde, dividindo as descobertas entre Espanha e Portugal. Entretanto, devido às dificuldades logísticas, tanto espanhóis quanto portugueses pouco conseguiram fazer para ocupar a região além da foz do Rio Amazonas, apesar de navegadores de ambas as nações já terem circulado por aquelas terras, para fins de



reconhecimento. Essa ausência, mais tarde, beneficiou a entrada de franceses, holandeses e ingleses da região, que tentavam colonizar o espaço inabitado por Portugal e Espanha.



O território do Amapá estava totalmente em terras espanholas, pelo tratado de Tordesilhas.

O território colonial português avançou muito sobre os limites espanhóis. Durante o período conhecido como **União Ibérica** (1580-1640) Portugal e Espanha formaram uma só coroa e então a presença portuguesa fez-se mais forte na foz do Amazonas. Nessa época, o Tratado de Tordesilhas praticamente perde a sua finalidade, haja vista a condição de subordinação de Portugal aos interesses espanhóis nesse período. Mas, documentos portugueses registram a região como Cabo do Norte apenas em 1621.

No século XVIII, as fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas começaram a ser oficialmente redefinidas, por causa dos avanços lusitanos no período da União Ibérica. Outros limites também precisaram ser oficializados, como foi o caso dos limites com a Guiana Francesa, que foram estabelecidos no tratado de Utrecht de 1713, em que o rio Oiapoque foi estabelecido como o limite entre a colônia da França e a colônia de Portugal. O “princípio do *Uti possidetis*” (o direito da posse é de quem utiliza) vigorou e foi também com base neste tratado e neste princípio que o Barão do Rio Branco, quase duzentos anos depois, em 1900, conseguiu manter nossas fronteiras, diante de reivindicações francesas.

4. DISPUTAS TERRITORIAIS E CONFLITOS ESTRANGEIROS NO AMAPÁ.

4.1. A DISPUTA COM OS FRANCESES

A imprecisão da fronteira definida entre o Brasil e a Guiana francesa, próximo do rio Amazonas, provocou três séculos de rivalidade. A França não reconheceu o tratado de Tordesilhas, de 1493, e argumentava: *onde está o testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha*. Dessa forma a França realizou várias incursões de pirataria no litoral brasileiro em que se aliavam aos índios e traficavam madeira. Tentaram duas invasões oficiais (com objetivo de colonizar o território), mas as duas não lograram êxito. Primeiramente, foi a colônia de protestantes calvinistas franceses (hungenotes) no atual Rio de Janeiro – França Antártica – e depois no Maranhão – França Equinocial. Estrategicamente, a França identificou uma região que era parte do território espanhol, mas pouco ou nada vigiado, nas proximidades da foz do Amazonas. Então, invadiram o território, fundando Caiena, hoje capital da Guiana Francesa. Os franceses conseguiram se estabelecer colonialmente na América do Sul e Central, com valiosos territórios tropicais.

O Tratado Provisional, de 4 de março de 1700, foi a primeira tentativa de resolver o impasse através de medidas legais entre Portugal e França. Mas após a assinatura do Tratado Provisional, ambas as nações foram obrigadas a abandonar a região, porque esse acordo determinava a neutralização, proibindo até mesmo que colonos portugueses ou franceses se estabelecessem no local. O Tratado Provisional foi ratificado em 18 de julho de 1701, ficando pendente a questão de limites. Mas os franceses não o respeitaram e continuaram incursionando pela região. Os portugueses protestaram e anularam os dois acordos, ao mesmo tempo em que apelavam à sua aliada Inglaterra, para que interviesse, visando a uma solução negociada da questão.

4.2. O TRATADO DE UTRECHT (1713)

Os limites estabelecidos entre a Guiana Francesa e o Brasil, que contou com o apoio da poderosa Inglaterra, foi definido como o Rio de Pinzon, ou Oiapoque. O princípio que vigorou nos tratados de fronteiras ao longo do século XVIII foi o do UTI POSSIDETIS, ou seja, a posse do território pertence àquele que utiliza.





A assinatura do Tratado de Utrecht, embora correto e justo, foi entendido por segmentos da sociedade francesa como condescendente, vindo influenciar os governantes da Guiana Francesa, que não respeitariam esse acordo, determinando incursões na área. Os franceses continuavam invadindo a área do Amapá na tentativa de conquistá-la. O auge dessas investidas, ocorreu quando governava aquela Colônia, Claude d'Orvillers, com corsários franceses aprisionando indígenas para escravizá-los. Diante disso, os portugueses resolveram reforçar com a presença militar na região mantendo as fortificações já prontas e construindo outras.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a França ainda tentou ultrapassar os limites do tratado, inclusive argumentando que o Rio Pinzon não seria o Oyapoque, mas outro, mais meridional (ao sul), na tentativa de garantir mais territórios. Propuseram como limites os rios Cassiporé (Caciporé), o Calçoene, o Cunani, o Carapapóris, o Araguari, um braço do Amazonas junto à ilha de Marajó. A França, portanto, voltou a reclamar a posse de parte das terras situadas entre os rios Araguari e Oyapoque. O imperador Napoleão Bonaparte, sustentado pelo poder militar francês, determinou o limite entre o Brasil e a Guiana, pelo rio Calçoene, através do tratado de Paris em 1797, depois no rio Araguari em 1801 pelo tratado de Badajós confirmado pelo tratado de Amiens em 1802. Porém, a fraqueza de suas instalações na região seria uma forte desvantagem frente aos portugueses, aliado aos ingleses na luta contra o imperador dos franceses, Napoleão 1°.

Mais tarde, quando o regente D. João VI já estava no Rio de Janeiro, fugido do imperador dos franceses, Napoleão Bonaparte, ele teve a ideia de invadir a Guiana Francesa, tanto para vingar a invasão da metrópole portuguesa como para fixar definitivamente a fronteira setentrional



no rio Oiapoque. Facilmente conquistada em 1809, a Guiana Francesa não foi anexada ao Brasil, mas somente ocupada na espera de uma possível restituição futura, o que não era aceito unanimemente pelos portugueses. A queda de Napoleão, em 1815, permitiu a restituição da Guiana à França pelo tratado de Paris em 1817, que colocava claramente a fronteira no rio Oiapoque, desta vez com dados geográficos precisos. O limite entre as duas colônias parecia assim definitivamente estabelecido e aceito.

Mas, no último quarto do século XIX os franceses voltaram a reivindicar o território do Amapá. A chamada Questão do Amapá, também conhecida como Contestado franco-brasileiro, refere-se a uma disputa de limites envolvendo França e Brasil, agravou-se a partir de 1895. O Brasil conseguiu vários ajustes territoriais a seu favor, graças à atuação do diplomata barão do Rio Branco. O barão do Rio Branco foi encarregado de defender a posição brasileira perante o conselho federal suíço, escolhido como tribunal arbitral na contenda entre Brasil e França. O verdadeiro motivo, porém, da insistência dos brasileiros a recuperar este território entre Oiapoque e Araguari, além da hegemonia desejada sobre o Baixo-Amazonas, era que posse brasileira tinha sido internacionalmente reconhecida pelo tratado de Utrecht em 1713, com o apoio da Inglaterra. Além disso, o tratado de Paris de 1817 tinha sido claríssimo em relação à definição do rio Oiapoque como limite. Por isso, tratando sobre a arbitragem helvética de 1900 que atribuiu definitivamente o Contestado ao Brasil, a historiografia brasileira usa o termo “laudo suíço”, enquanto a francesa evoca o “traité de Berne” (tratado de Berna). Isso mostra que para o Brasil, a incorporação do Território Contestado não foi uma manifestação de expansionismo, mas sim de uma decisão de justiça, pelo reconhecimento oficial de uma injustiça que tirou da soberania brasileira um território que lhe tinha sido atribuído duas vezes com tratados internacionais, em 1713 e 1817. A sentença, de 1º de dezembro de 1900, finalmente redigida pelo conselheiro federal coronel Edouard Müller, deu a vitória ao Brasil, que incorporou a seu território 260.000km².

4.3. A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DO MACAPÁ

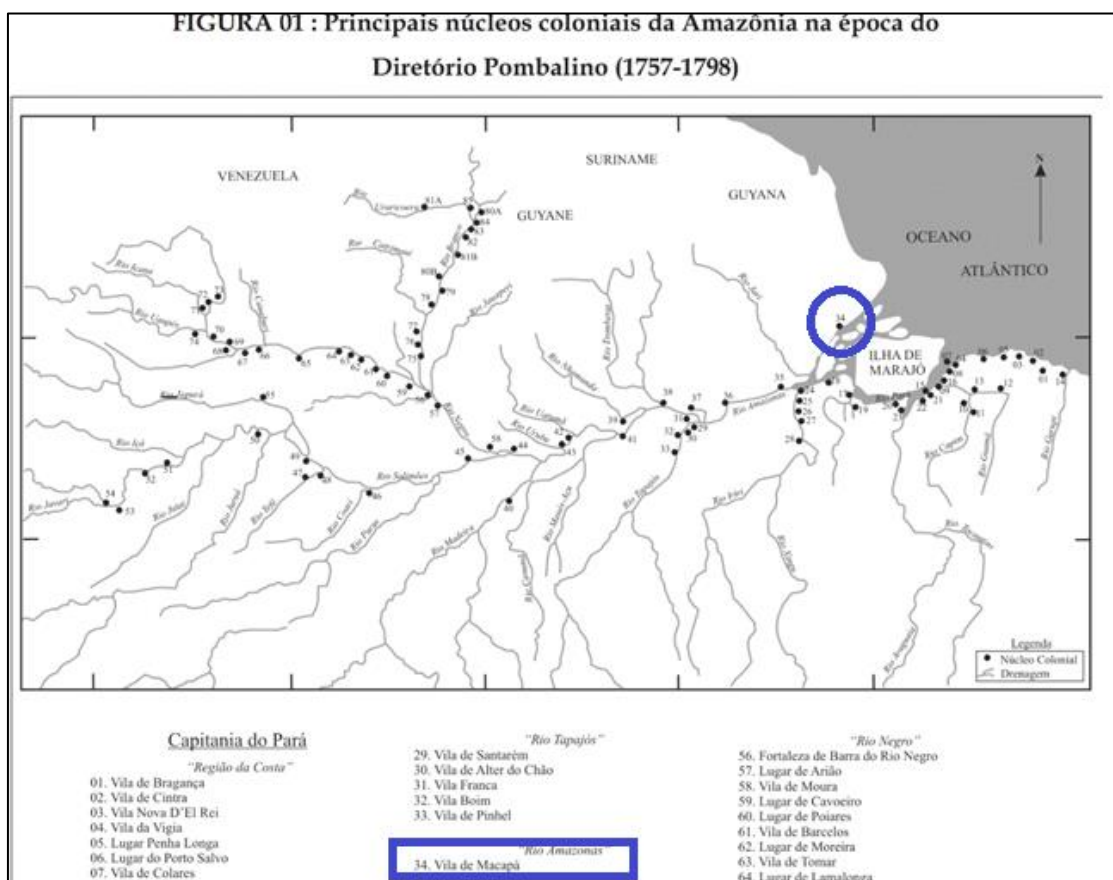
O povoamento do ponto mais setentrional do território português era estratégico e necessário. Durante a presença do ministro português Marquês de Pombal, foi realizada uma política estratégica de povoamento e defesa. As terras e a foz do Amazonas eram fundamentais para a metrópole, pois permitiam a penetração no território e dava acesso às drogas do sertão e à madeira. Toda a área ao longo do curso e da foz do rio foram ocupados por **fortalezas militares**.

No século XVII, a coroa portuguesa povoou os extremos do território (hoje RS e AP) com casais açorianos (uma colônia atlântica portuguesa). O **povoamento inicial com açorianos** no que será a Vila de Macapá era um meio de garantir a posse do território, inclusive com a fundação de um forte (Forte Macapá).

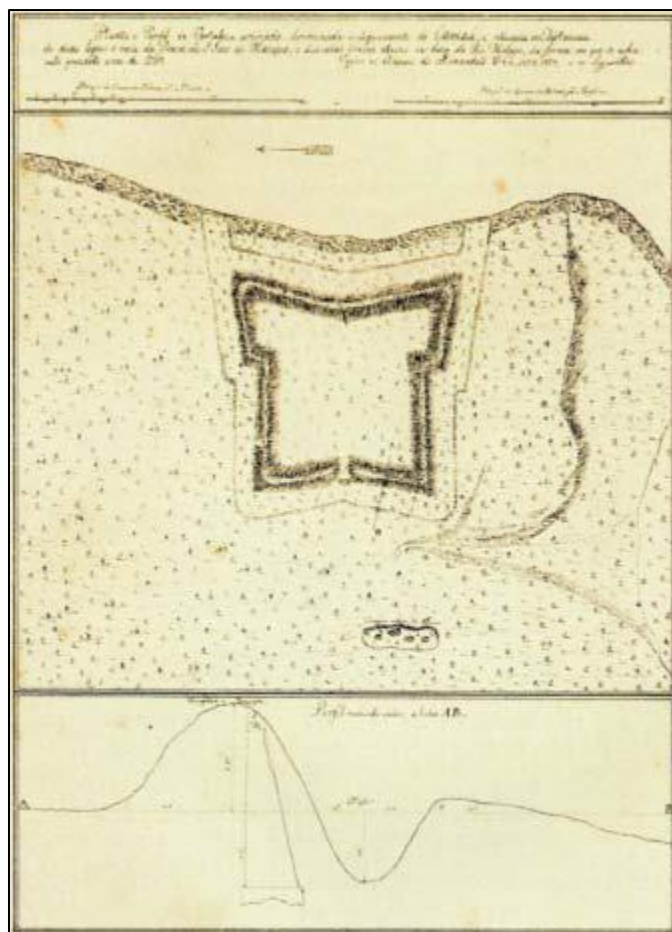


Macapá se originou de um destacamento militar fixado no mesmo local das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antônio, a partir de 1740. Este destacamento surgiu em razão de constantes pedidos feitos pelo governo da Província do Grão Pará e Maranhão, a quem as terras do Amapá estavam juridicamente anexadas. Depois que D. José I assumiu o trono português, o Marquês de Pombal assumiu o ministério real e nomeou, em seguida, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o comando das Armas da Província do Pará, assim como para a presidência da própria província, gozando de plenos poderes para promover a fundação e colonização de vilas na Amazônia Setentrional.

É nesta época que Macapá assiste à chegada dos colonos dos Açores. Em 2 de fevereiro de 1758, Mendonça Furtado instala os poderes Legislativo e Judiciário da vila, e em 4 de fevereiro, dois dias depois, eleva o povoado à categoria de vila. A emancipação de Macapá despertou a cobiça de holandeses, ingleses e franceses que ameaçavam a todo custo invadir a vila. Uma grande fortaleza só foi inaugurada em 19 de março de 1782, 18 anos depois de iniciados os trabalhos. Erguida a imponente fortaleza de São José de Macapá, a vila começou a desenvolver-se, sempre gozando das vantagens inerentes à sua qualidade de centro militar, até os dias que precederam à proclamação da Independência do Brasil. Macapá cresceu à sombra desta fortaleza, testemunho do esforço luso-brasileiro na conquista, colonização e manutenção da Amazônia e representa a mais vigorosa afirmação do domínio português no Território do Amapá.



Em 1764 (64-82) ocorreram as obras da Fortaleza de São José de Macapá. Era uma fortaleza estratégica para a defesa do rio Amazonas e fazia parte do projeto de consolidação e defesa das fronteiras de Marquês de Pombal. Suas dimensões são comparáveis ao maior forte colonial, Príncipe da Beira, no atual estado de Rondônia.



Fortificação primitiva em Cumau, antes do fortalecimento da fortificação.





Outra cidade importante dessa época é Mazagão. Desativada a cidade de Mazagão na África, na Mauritânia (atual Marrocos), pela Carta Régia de 10 de março de 1769, decretada pelo rei D. José I, o Marquês de Pombal toma algumas providências necessárias para transferir as 340 famílias portuguesas sediadas no reduto lusitano. Para as margens do rio Mutucá, mudou-se, em 1769, grande número de índios, originários do rio Negro, com a incumbência de preparar terreno para o recebimento de colonos mazaganistas da África. No ano seguinte, o povoado recebeu a denominação de Nova Mazagão, em homenagem a seus esperados colonizadores. Das 340 famílias mazaganistas, 136 começaram a ser transferidas em junho de 1771 para Nova Mazagão amapaense, como passou a denominar-se o lugar desde 23 de janeiro de 1770, já elevada à categoria de vila.

O século XVII foi de **ataques franceses e incursões holandesas**, principalmente durante a Invasão em Recife, Pernambuco, onde fizeram a base da capital da colonização flamenga (holandesa).

Em 1627, os 46 holandeses escapados dos ataques de Pedro Teixeira no Amazonas foram encontrados pelo almirante Lúcyfer instalados na margem esquerda do Oiapoque. Em 1628, os franceses se instalaram um pouco mais demoradamente em Conanama, perto do Sinamari: primeiro com 14 homens, mas em 1630 chegaram mais 50 e em 1633 mais 66 homens. Os holandeses invadiram Caiena e durante anos ficou por lá até que desocupou o território após vários tratados. Já estavam estabelecidos no Suriname (que era disputado pelos holandeses e ingleses).

Em 1808, a família real portuguesa transferiu a corte para o Rio de Janeiro. Era uma estratégia para resistir os avanços das tropas francesas lideradas por Napoleão Bonaparte. Uma das primeiras medidas tomadas pelo príncipe regente dom João VI, foi invadir Caiena (a capital da Guiana Francesa) como uma retaliação (resposta militar) à França. Após o congresso de Viena na Europa, em que Portugal restaurou sua monarquia e desocupou a Guiana Francesa, os limites foram razão de disputa. **Até o início do século XX os franceses reivindicavam o território entre o Oiapoque e o Rio Araguari.**

No século XIX, entre 1850 (lei Eusébio de Queiroz) e 1888 (lei Áurea), foi um processo em que a escravidão foi aos poucos abandonada e foram feitas experiências de colonização. No sul e sudeste imigraram italianos alemães. Russos se estabeleceram no Paraná e numa colônia em Calçoene. A colônia Russa está no contexto das experiências de colonização com europeus feita pelo império brasileiro.

4.4. OS NAZISTAS NA AMAZÔNIA

“A tomada das Guianas é uma questão de primeira importância por razões político-estratégicas e coloniais”. Essa frase faz parte de um relatório de 1940, feito pelo biólogo e geógrafo Otto Schulz-Kamphenkel para a SS – a força de elite do Terceiro Reich.

Os alemães tinham como plano de expansão caso ganhassem a segunda guerra, colonizar a América do sul. Isso ocorreria via Argentina e Colônias alemãs no sul do país, e através da tomada das Guianas e da foz do Rio Amazonas. Era a “Operação Guiana” que pretendia colonizar as Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, através do Norte do Brasil. Entre 1935 a 1937, Schulz-Kamphenkel liderou uma expedição que começou em Belém do Pará e percorreu as **margens do rio Jari**, no Amapá, até chegar à fronteira da Guiana Francesa.



5. TEXTOS COMPLEMENTARES



Goeldi e a integridade de Amapá

A questão do Amapá, que vem dos primeiros dias da expansão portuguesa, já mereceu as honras de uma copiosa literatura, no tocante ao período colonial, isto é, no período em que a região estava em mãos dos luso brasileiros, apesar da forte oposição dos franceses de Caiena. Essa literatura histórico-jurídico, que documentou irretorquivelmente os nossos direitos e nos levou ao laudo favorável do Presidente Hauser, da Suíça, não tem, porém, a mesma excelência e copiou cidade no que diz respeito aos dias mais recentes. Ao se referir a fase republicana, quando franceses de Caiena e brasileiros do Pará organizar os governos locais, entraram em sérios conflitos, como aquele do Bengali e do Cabralzinho. A história da República do Counany, por exemplo, está por escrever-se, como a de todos aqueles sucessos que fizeram agitar-se a fibra cívica do país. E, no entanto, a documentação pertinente é abundante. [...]

REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a integridade de Brasil.

“O território contestado é, folgo poder afirmá-lo do modo o mais positivo, habitado na sua maior superfície por brasileiros. Brasileiros são sem exceção a gente do Amapá pelo Sul; brasileiros são os moradores do rio Counany, do rio Caciporé, do rio Uaçá, com o seu braço, o Caripi, portanto até as margens de Oiapoque. A língua usada é a portuguesa; o modo de vida, costumes, a educação - tudo é tão qual como no Pará, porque quase todos são paraenses.”

“Nas ditas localidades há, quando muito, um total de meia dúzia de estrangeiros, sendo talvez uns três somente crioulos de Caiena. O único ponto do território contestado, onde de fato há uma complexa inversão, é o rio Calçoene, formando os crioulos de Caiena, de Martinica e Guadalupe, enfim, súditos franceses, decidida a preponderância. Com este rio a França entretém constantes relações, diretas e via Caiena e Martinica.”

“Mas para o espírito de qualquer árbitro não é bastante saber que os moradores do território contestado são de origem brasileira. Importa tanto ou mais ainda saber se eles



querem ser brasileiros. Pois posso afiançar, por que o vi e me convenci, que eles de fato querem pertencer ao Brasil, e não à França.

O que o Sr. H. Coudreal Escreveu acerca da simpatias para França é grossa mentira; a gente de Counany ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudreal. Não encontrei em parte alguma o que se poderia intitular um partido francês; há no Counany um outro (no máximo umas oito pessoas) Que são um tanto descontentes com a prisão de Trajano, mas estou por outro lado convencido que o próprio Trajano, voltando ao Counany, deixará a suas antigas relações com Caiena e tranquilizará seus compadres e parentes. Quer me parecer que o Brasil faria um passo acertado, tratando tanto o Trajano como o piloto Evaristo com clemência: é melhor tê-los como amigos do que como inimigos rancorosos.”

“Quanto é valor do território contestado não quero dissimular a minha firme convicção, que as regiões baixas do Sul (Cabo Norte e Amapá) não prestam para nada ainda por muito tempo. Por outro lado são belas e dignas de discussão as regiões do norte, o Counany até o Oiapoque. Não é por nada que a França se contentava com a parte setentrional, do rio Calçoene em diante: ela ficaria destarte com o pedaço bom, ao passo que o Brasil ficaria com ruim! Cortar pelo meio o nó gordiano é cousa que não convém absolutamente ao Brasil. A divisa deve ser: ‘Ou todo ou nada!’ - se o território contestado se limitar-se ao Amapá, Sr. Ministro, não valeria a pena e o tempo de brigar. No limite mais natural e mais estratégico não podia ver se eu ir eu aconselharia tanto o Brasil, como a França de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo troiano! Mas como o norte do contestado é tão bom como o Sul é ruim, o litígio é plenamente justificado e o Brasil deve cuidar dos seus legítimos direitos.”

“Igualmente infundadas são as reclamações francesas relativas ao Evaristo, o piloto de Bengali. Evaristo é paraense, de Benfica, perto do Pará, onde ele ainda hoje tem parentes, como ele mesmo me contou. É a segunda vez que os franceses caem na asneira de reclamar como seu patrício um que nunca o foi. Evaristo, de quem tirei a fotografia (que quando desenvolvido impressa mandarei a V. Ex^ª), Fez, a modo de muitos vigência do parar, por bom número de anos, como piloto e pescador, viagens para Caiena, e conhece a costa desde o Pará até o rio Maroni e Surinã; e chegou a casar-se com uma crioula em Caiena e reside lá, como ele mesmo me contou. Ora, o Code Napoleon estabelece: ‘*La femme suit la condition du mari!*’ Por consequência a tal crioula tornou-se brasileira, seguindo a própria lei francesa, e eu queria ver a cara perplexa do Sr. Ministro francês, para provar o caso inverso! - O caso Evaristo é o pendant para o caso Trajano.”



“A navegação para o contestado não é muito boa durante o verão, e é decididamente má no inverno (janeiro para maio). O mar entre Macapá e o cabo do Norte tem fama. Duvido que o vapor *Ajudante* aguente as viagens durante o inverno; parece que o Comp. do Amazonas encomendou um novo vapor apropriado. Merece menção especial o que os mapas de *Monchez* relativos à costa da Guiana, apesar de terem sido bastante bem feitos no seu tempo, - hoje quase não servem mais para navegação. Mas de hoje não correspondem mais com as indicadas no Mouchez; desapareceram ilhas que ele indica, têm novas não mencionadas, os canais... [ilegível] E muitos bancos cresceram e apresentam outro aspecto. O mapa hidrográfico da Costa precisava ser renovado pelo menos de cinco em cinco anos, estão grandes as modificações que lá se realizam.”

Trechos da carta escrita em 21 de novembro de 1895, em caráter reservado, pelo Dr. Emílio Goeldi, que dirigia o Museu Paraense, hoje Museu Emílio Goeldi, e o cargo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, carta dirigida ao então Ministro do Exterior, Dr. Carlos de Carvalho.



6. ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR

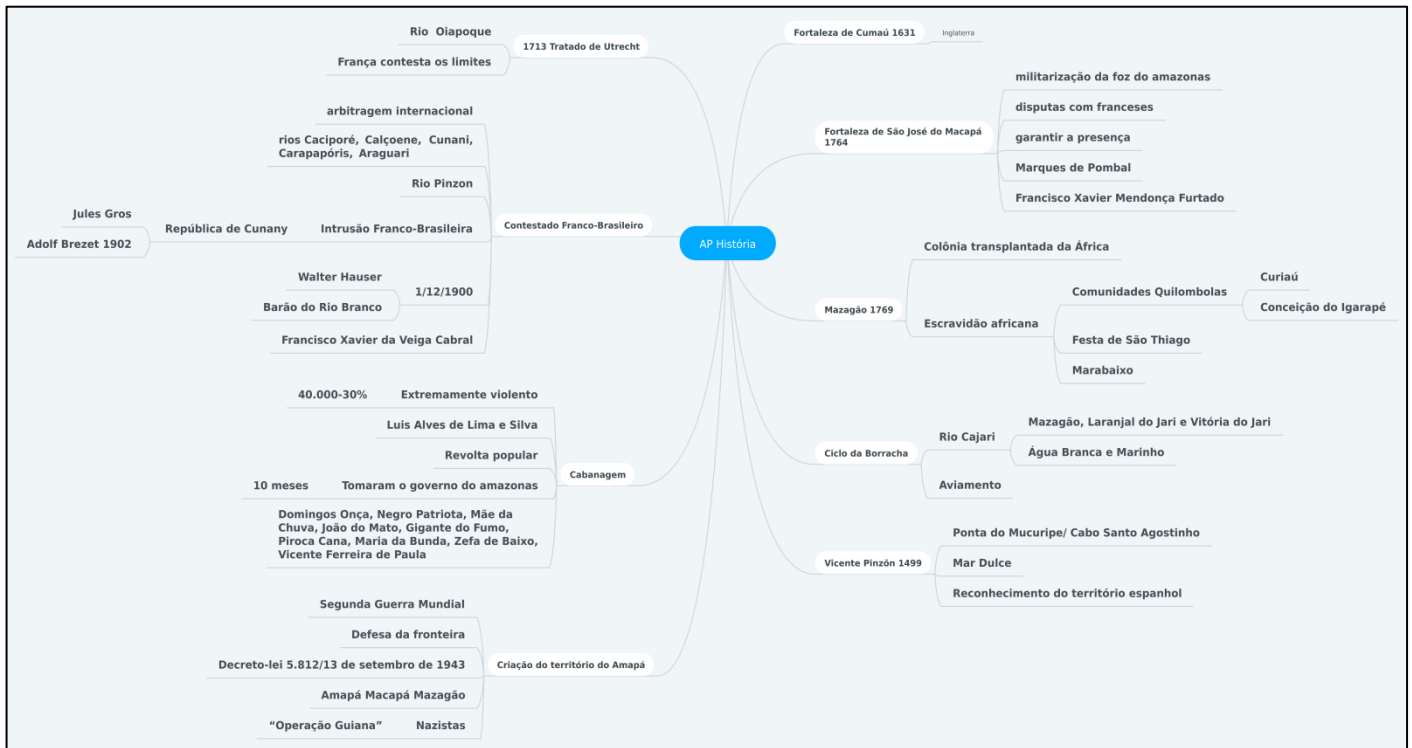


RESUMINDO

- ✓ O Estado do Amapá está na Região Norte do Brasil. Faz divisas com a Guiana Francesa, Suriname e com o Estado do Pará (de onde foi desmembrado).
- ✓ A Região Norte é composta por sete estados e seu território é de 3,8 milhões de Km² (45% do território nacional).
- ✓ A população do Amapá é em sua maioria urbana. Apesar de índices sociais razoáveis, a mortalidade infantil é um problema.
- ✓ Em janeiro de 1500, Vicente Pinzon aportava na região do Amapá, “descobrimo” o Brasil antes de Pedro Alvarez Cabral.
- ✓ Com o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1493, a região em que hoje é o Amapá, pertencia à Coroa espanhola.
- ✓ Durante a União Ibérica (1580-1640), os portugueses avançaram os limites do Tratado de Tordesilhas.
- ✓ Documentos portugueses registram a região como Cabo do Norte em 1621.
- ✓ Tratado de Utrecht, assinado em 1713, estabeleceu o limite entre a colônia da França e a colônia de Portugal.
- ✓ Mesmo com o Tratado de Utrecht, os franceses continuavam invadindo a área do Amapá.
- ✓ Os portugueses resolveram reforçar com a presença militar na região. Nessa época, Macapá assiste à chegada dos colonos dos Açores.
- ✓ A cidade de Mazagão na África, na Mauritânia (atual Marrocos), é desativada e é fundada a cidade de Mazagão no Amapá, com as famílias vindas da África.
- ✓ Entre 1764 e 1782 foi erguida a imponente Fortaleza de São José de Macapá, sob as ordens do Marquês de Pombal.
- ✓ Quando a Família Real portuguesa veio para o Brasil, em 1808, a Guiana Francesa foi invadida, tanto para vingar a invasão de Napoleão, como para fixar definitivamente a fronteira.
- ✓ O Tratado de Paris, de 1817, devolvia a Guiana aos franceses e colocava claramente a fronteira no Rio Oiapoque.
- ✓ A partir de 1895, ocorre a chamada Questão do Amapá, também conhecida como Contestado franco-brasileiro.



- ✓ A atuação diplomática do Barão do Rio Branco defendeu a posição brasileira. A sentença saiu em 1900, através do chamado “laudo suíço”, redigido pelo conselheiro federal coronel Edouard Müller, que deu a vitória ao Brasil.



7. EXERCÍCIOS.



1. (FCC - PC-AP - 2017 - Delegado)

A história da fundação da vila na localidade de Macapá, no período colonial, está diretamente relacionada

- A) à chegada de milhares de “deportados” no território brasileiro, enviados pela Coroa Portuguesa a fim de constituírem pequenos núcleos autônomos de povoamento, sendo um deles fundado em Macapá.
- B) ao combate aos numerosos quilombos que ali foram constituídos por escravos de outras regiões, razão pela qual se construiu uma Intendência que servia de base para as capturas e cujo marco central era um pelourinho.
- C) às entradas e bandeiras que foram abundantes no período e levaram bandeirantes paulistas a se enveredarem pelo norte do Brasil, onde acharam minérios e fundaram vilas, a exemplo da Vila de São José do Macapá.
- D) à preocupação, por parte da Coroa Portuguesa, em ocupar o território mediante a construção de fortes e vilas em locais estratégicos, a exemplo da Fortaleza de São José do Macapá.
- E) ao empenho dos jesuítas em construir missões exploratórias no Novo Mundo, razão pela qual se instalaram em Macapá e lá passaram a usar mão de obra indígena para extrair e exportar o pau-brasil para Portugal.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois a chegada de milhares de “deportados” no território brasileiro diz respeito a história da fundação da vila de Mazagão.

A alternativa B também é incorreta, pois historicamente no Amapá, assim como em outras regiões do Brasil, existem comunidades quilombolas o que demonstra a fuga de escravos para regiões afastadas, a organização e a resistência dos negros diante da escravidão, desde os tempos coloniais. A presença de comunidades quilombolas e afrodescendentes na região do Amapá está relacionada também com a vinda de famílias de Mazagão Africana que trouxeram vários escravos negros.

A alternativa C também é incorreta, pois os bandeirantes não enveredaram por aquelas plagas, tampouco construíram a Vila de São José do Macapá.



A alternativa D está certa. Macapá se originou de um destacamento militar fixado no mesmo local das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antônio, a partir de 1740. Este destacamento surgiu em razão de constantes pedidos feitos pelo governo da Província do Grão Pará e Maranhão, a quem as terras do Amapá estavam juridicamente anexadas. Depois que D. José I assumiu o trono português, o Marquês de Pombal assumiu o ministério real e nomeou, em seguida, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o comando das Armas da Província do Pará, assim como para a presidência da própria província, gozando de plenos poderes para promover a fundação e colonização de vilas na Amazônia Setentrional. É nesta época que Macapá assiste à chegada dos colonos dos Açores. Em 2 de fevereiro de 1758, Mendonça Furtado instala os poderes Legislativo e Judiciário da vila, e em 4 de fevereiro, dois dias depois, eleva o povoado à categoria de vila. A emancipação de Macapá despertou a cobiça de holandeses, ingleses e franceses que ameaçavam a todo custo invadir a vila. Uma grande fortaleza só foi inaugurada em 19 de março de 1782, 18 anos depois de iniciados os trabalhos. Erguida a imponente fortaleza de São José de Macapá, a vila começou a desenvolver-se, sempre gozando das vantagens inerentes à sua qualidade de centro militar, até os dias que precederam à proclamação da Independência do Brasil. Macapá cresceu à sombra desta fortaleza, testemunho do esforço luso-brasileiro na conquista, colonização e manutenção da Amazônia e representa a mais vigorosa afirmação do domínio português no Território do Amapá.

A alternativa E é falsa, pois os jesuítas não se instalaram em Macapá.

(IBGE, 2019).

Gabarito: D

2. (FCC - PC-AP - 2017 - Delegado)

A fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil foi alvo de constantes divergências e conflitos entre os dois países. A chamada “Questão do Amapá” só foi legalmente solucionada

A) após a atuação da diplomacia brasileira, quando o Barão do Rio Branco obteve posicionamento favorável da arbitragem internacional do governo da Suíça, que reconheceu que o Brasil tinha direito às terras localizadas ao sul do rio Oiapoque, antes pertencentes ao Império Português.

B) depois da derrota das tropas francesas que haviam invadido parte do território do Amapá, avançando até o rio Araguari, e foram vencidas pelo Exército Brasileiro, com a colaboração de milícias armadas enviadas pela Guiana e pelo Suriname.

C) mediante um acordo pacífico entre a França e o Brasil, que estabeleceu os limites fronteiriços definitivos, em troca de favorecimentos comerciais envolvendo as cidades de Caiena e Macapá, bem como a livre navegação dos rios de ambos os territórios envolvidos.

D) durante a Segunda Guerra Mundial, quando França e Brasil apoiaram conjuntamente os Aliados, e cessaram suas disputas por fronteira em nome do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro por diversos países sul-americanos.



E) por pressão do governo dos Estados Unidos, interessado na exploração de minério de ferro e manganês na região, a qual estava sendo prejudicada pelos conflitos territoriais, solucionados com a vinda de peritos que deram ganho de causa ao Brasil.

Comentários

A alternativa A está correta, de tal modo que a Questão do Amapá, também conhecida como Contestado franco-brasileiro, refere-se a uma disputa de limites envolvendo França e Brasil, que se iniciou no período colonial e foi até no final do século XIX, agravada a partir de 1895. O Brasil conseguiu vários ajustes territoriais a seu favor, graças à atuação do diplomata barão do Rio Branco. O verdadeiro motivo, porém, da insistência dos brasileiros a recuperar este território entre Oiapoque e Araguari, além da hegemonia desejada sobre o Baixo-Amazonas, era que posse brasileira tinha sido internacionalmente reconhecida pelo tratado de Utrecht em 1713, com o apoio da Inglaterra. Além disso, o tratado de Paris de 1817 tinha sido claríssimo em relação à definição do rio Oiapoque como limite. Por isso, tratando sobre a arbitragem helvética de 1900 que atribuiu definitivamente o Contestado ao Brasil, a historiografia brasileira usa o termo “laudo suíço”. Isso mostra que para o Brasil, a incorporação do Território Contestado não foi uma manifestação de expansionismo mas sim de uma decisão de justiça, pelo reconhecimento oficial de uma injustiça que tirou da soberania brasileira um território que lhe tinha sido atribuído duas vezes com tratados internacionais, em 1713 e 1817.

A alternativa B é incorreta, pois não ocorreu uma disputa de tal tipo, mas sim diplomática, com um modo pacífico frente a uma das maiores potências da época, também foi o produto de um pensamento geopolítico particular.

A alternativa C também é incorreta, apesar de ter sido de fato mediante um acordo pacífico entre a França e o Brasil, não é correto dizer que o Brasil teve que em troca dar favorecimentos comerciais envolvendo as cidades de Caiena e Macapá.

A alternativa D também é incorreta, pois a Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939 e 1945, enquanto o contestado franco-brasileiro ocorreu nos anos finais do século XIX, sendo selado em 1900.

A alternativa E também é incorreta, pois o contestado franco-brasileiro não teve participação direta envolvendo o governo dos Estados Unidos.

(GRANGER, 2011).

Gabarito: A

3. (FCC - PM-AP - Soldado Polícia Militar / 2017)

Em diferentes momentos históricos, houve disputas entre portugueses e demais colonizadores europeus pela ocupação da região do Amapá. Durante o período colonial, um episódio, que exemplifica essas disputas é o da

A) expulsão dos holandeses, por tropas portuguesas e brasileiras, quando estes ocuparam inicialmente o Nordeste e estenderam seus domínios por toda a região Norte.



B) reivindicação dessa região pela França como sendo parte de seu território além-mar, apesar da divisão territorial em favor de Portugal ter sido oficializada pelo Tratado de Utrecht.

C) construção da Fortaleza de São José de Macapá, para proteger a região da constante invasão de piratas ingleses e de embarcações russas atraídos pelos minérios e pelo comércio da borracha.

D) assinatura do Tratado de Tordesilhas, entre Espanha e Portugal, que retirou a região do Amapá e suas adjacências da posse da Coroa espanhola, após diversos conflitos coloniais.

E) decretação da Guerra da Lagosta, entre colonos portugueses e franceses, uma vez que habitantes da Guiana Francesa pescavam ilegalmente lagostas no litoral brasileiro.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a expulsão dos holandeses, por tropas portuguesas e brasileiras, ocorreu em Pernambuco, ao passo que eles ocuparam a porção Nordeste da colônia, mais especificamente nas regiões próximas do litoral.

A alternativa B é a resposta certa, pois a imprecisão da fronteira definida entre o Brasil e a Guiana francesa, próximo do rio Amazonas, provocou três séculos de rivalidade. A França não reconhecia o rio Oiapoque como limite entre a Guiana Francesa e o Amapá, reivindicando para si parte do território no Amapá, ao sul daquele rio, região que havia sido ocupada por colonos franceses. Mas o Tratado de Utrecht, assinado em 1713 pela França e por Portugal, estabelecia o Oiapoque como fronteira entre os dois reinos na América do Sul. Porém, os franceses negaram o tratado, para os quais este rio devia corresponder a outros mais próximos do cobiçado Amazonas. Eles reivindicaram em primeiro lugar o Cassiporé, o Calçoene e finalmente o Araguari, que deságua no estuário do Amazonas, enquanto o tratado reconhecia a plena soberania deste aos portugueses junto com o Cabo do Norte. Mais tarde, quando o regente D. João VI já estava no Rio de Janeiro, fugido do imperador dos franceses, Napoleão Bonaparte, ele teve a ideia de invadir a Guiana francesa, tanto para vingar a invasão da metrópole portuguesa como para fixar definitivamente a fronteira setentrional no rio Oiapoque. Facilmente conquistada em 1809, a Guiana francesa não foi anexada ao Brasil, mas somente ocupada na espera de uma possível restituição futura, o que não era aceito unanimemente pelos portugueses. A queda de Napoleão 1º em 1815 permitiu a restituição da Guiana à França pelo tratado de Paris em 1817, que colocava claramente a fronteira no rio Oiapoque, desta vez com dados geográficos precisos. O limite entre as duas colônias parecia assim definitivamente estabelecido e aceito.

A alternativa C está incorreta, apesar que a construção da Fortaleza de São José de Macapá foi feita para proteger a região do extremo norte da constante invasão estrangeira, é falso dizer que estavam em busca do comércio da borracha, pois esse mercado ganhou interesse estrangeiro especialmente a partir de meados do século XIX.

A alternativa D também está incorreta, pois de acordo com as definições do Tratado de Tordesilhas, que definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde, dividindo as descobertas entre Espanha e Portugal, a região do atual Estado do Amapá é posse da Coroa espanhola.



A alternativa E também é incorreta, uma vez que a Guerra da Lagosta aconteceu já no século XX, entre 1961 e 1963. Foi um contencioso entre os governos do Brasil e da França, que faz parte da História das Relações Internacionais do Brasil, e girou em torno da captura ilegal de lagostas, por parte de embarcações de pesca francesas, em águas territoriais no litoral da região Nordeste do Brasil.

(GRANGER, 2011).

Gabarito: B

4. (FCC - PM-AP - Soldado Polícia Militar / 2017)

A formação de vilas de colonização portuguesa na região do Amapá aconteceu quando foram

A) descobertas jazidas de ouro nas encostas do rio Amazonas, próximas a sua foz, por colonos aventureiros remanescentes da tripulação de Pedro Álvares Cabral, em 1621.

B) enviadas diversas tropas reais portuguesas para combater as tribos indígenas da região, que foram completamente dizimadas nesses combates, em meados do século XVI.

C) distribuídas as capitanias hereditárias, pela Coroa Portuguesa, em 1534, sendo a capitania do Amapá a mais isolada e a de maior extensão territorial em toda a colônia.

D) empreendidas ações de povoamento, no século XVIII, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando este foi governador do Estado do Grão Pará e Maranhão.

E) erguidas várias casas e uma praça central, no século XVII, pelo colonizador português Francisco de Orellana que batizou esse lugar de Adelantado de Nueva Andaluzia.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois na região do Amazonas a exploração era das drogas do sertão e não de ouro, além disso, a povoação da região do atual Estado do Amapá se deu por causa da preocupação com o litígio franco-amapaense, entre 1713 e 1809. Diga-se de passagem, Pedro Álvares Cabral chegou na América em 22 de abril de 1500 e não em 1621.

A alternativa B também é falsa, pois somente durante a Dinastia Filipina, entre 1580 e 1640, período conhecido como União Ibérica, que os portugueses avançaram oficialmente os limites do Tratado de Tordesilhas, vincando as suas primeiras povoações na região.

A alternativa C também é falsa, pois com o Tratado de Tordesilhas, em 1493, o território do atual Estado do Amapá estava nas terras pertencentes à coroa espanhola. Entretanto, devido às dificuldades logísticas, tanto espanhóis quanto portugueses pouco conseguiram fazer para ocupar a região além da foz do Rio Amazonas, apesar de navegadores de ambas as nações já terem circulado por aquelas terras, para fins de reconhecimento. Com a União Ibérica, entre 1580 e 1640, o Tratado de Tordesilhas praticamente perde a sua finalidade, haja vista a condição de subordinação de Portugal aos interesses espanhóis nesse período. Mas, documentos portugueses registram a região como Cabo do Norte apenas em 1621.

A alternativa D é a resposta certa, pois no século XVIII, quando os franceses reivindicaram também a posse da área do atual Estado do Amapá, foi definido o Tratado de Utrecht, em 1713, que estabeleceu as fronteiras entre o Brasil e a Guiana francesa que, não obstante, não foi honrado



pelos franceses. Os portugueses construíram então uma fortaleza cujo nome foi de São José de Macapá, para proteger os limites de invasão francesa. Com isso, foi necessário a realização de incentivos de povoamento, empreendidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando este foi governador do Estado do Grão Pará e Maranhão.

A alternativa E está incorreta, pois Francisco de Orellana foi um colonizador sob as ordens da coroa espanhola e não dá coroa portuguesa. Em 1544 o Rei da Espanha, Carlos V, concedeu a Francisco Orellana a região, que batizou de Adelantado de Nueva Andaluzia, onde hoje é a capital Macapá.

(SILVA, 2017).

Gabarito: D

5. (SEAD-AP - FGV / 2010)

Desde meados do século XVII até meados do século XVIII, a economia regional amazônica se fundamentou na força de trabalho indígena, organizada pelas ordens religiosas em missões no interior do vale do Amazonas e em reduções no Baixo Amazonas. As reduções eram aldeamentos de indígenas:

- A) transplantados de várias regiões amazônicas, cujo trabalho se dividia entre o sustento das aldeias e das fazendas dos religiosos.
- B) nascidos no Baixo Amazonas, cujo trabalho era totalmente voltado para os colonos.
- C) escravizados, cujo trabalho era destinado ao sustento das ordens religiosas localizadas no Baixo Amazonas.
- D) escravizados, cujo trabalho era utilizado nas aldeias dos colonos do Baixo Amazonas.
- E) localizados nas cidades do Baixo Amazonas, cujo trabalho se destinava ao auto-sustento.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa, uma vez que já nos anos finais do século XVII as missões religiosas cobriam grande parte do espaço que viria a constituir a atual região amazônica brasileira. O papel do indígena na ocupação do Vale do Amazonas era de extrema importância. Não se dava um passo sem ele, pois conhecia o território, sabendo se movimentar naquela área desconhecida pelo europeu. Os indígenas eram também caçadores, identificando a variada fauna, e coletores das "drogas do sertão", pois conheciam como ninguém a flora local. Os padres, que monopolizavam o trabalho indígena, usavam um artifício para que os nativos extraíssem elementos da flora em grande quantidade. Alegavam que, além das partes destinadas aos adultos, aos velhos e às crianças, deveriam extrair outra, destinada a Tupã. Esta fração acumulada nos depósitos das missões era, posteriormente, exportada para a Europa onde seria comercializada com grande lucro.

A alternativa B é incorreta, pois reduções, na verdade, era outro nome das missões jesuíticas na América, que foram os aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas no Novo Mundo, como parte de sua obra de cunho civilizador e evangelizador.

A alternativa C também é incorreta, pois o objetivo principal das missões jesuíticas foi o de criar uma sociedade com os benefícios e qualidades da sociedade cristã europeia, mas isenta dos seus



vícios e maldades. Essas missões foram fundadas pelos jesuítas em toda a América colonial, constituindo uma das mais notáveis utopias da história.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que os jesuítas desenvolveram técnicas de contato e atração dos índios e logo aprenderam suas línguas e, a partir disso, os reuniram em povoados que, por vezes, abrigaram milhares de indivíduos. Eram, em larga medida, autossuficientes, dispunham de uma completa infraestrutura administrativa, econômica e cultural que funcionava num regime comunitário, onde os nativos foram educados na fé cristã e ensinados a criar arte às vezes com elevado grau de sofisticação, mas sempre em moldes europeus.

A alternativa E também é incorreta, pois não se tratavam de cidades, mas de aldeamentos localizados no meio da floresta amazônica.

(HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005).

Gabarito: A

6. (SEAD-AP - FGV / 2010)

O sistema ou cadeia de aviação era o principal sistema de financiamento da economia da borracha, e consistia na compra de mercadorias a crédito. As cidades mais beneficiadas por esse sistema foram em ordem de importância:

- A) Belém, Manaus, e Macapá.
- B) Manaus, Belém, e Santana.
- C) Belém, Manaus, e Santarém.
- D) Belém, Manaus, Altamira.
- E) Manaus, Belém, e Macapá.

Comentários

A alternativa A é incorreta, apesar de que no final do século XIX, também o sul do Amapá se beneficia da atividade extrativista, a cidade de Macapá não está entre as três mais beneficiadas pela economia da borracha.

A alternativa B também é incorreta, apesar de que no final do século XIX, também o sul do Amapá se beneficia da atividade extrativista, a cidade de Santana não está entre as três mais beneficiadas pela economia da borracha. Além disso, Belém desenvolveu-se primeiro que Manaus.

A alternativa C é a resposta certa. A sistemática exploração da borracha possibilitou um rápido desenvolvimento econômico da região amazônica, representado principalmente pelo desenvolvimento da cidade de Belém. Este centro urbano representou a riqueza obtida pela exploração da seringa e abrigou um suntuoso projeto arquitetônico profundamente inspirado nas referências estéticas europeias. Posteriormente atingindo a cidade de Manaus, essas transformações marcaram a chamada belle époque amazônica. Outra cidade representante do ciclo da borracha, no alto Tapajós, foi o primeiro projeto criado para este fim, a “Fordlândia” que tinha por objetivo plantar 8 milhões de seringueiras e fazer uma comunidade agrícola. Após o mal



das folhas ocorrido nesses seringais, ergueu-se um novo projeto chamado de “Belterra” onde foram plantadas apenas 2 milhões de mudas no baixo Tapajós próximo à cidade de Santarém.

A alternativa D também é incorreta, apesar de que desde os meados do século XIX o Pará se beneficia da atividade extrativista, a cidade de Altamira não está entre as três mais beneficiadas pela economia da borracha.

A alternativa E também é incorreta, apesar de que no final do século XIX, também o sul do Amapá se beneficia da atividade extrativista, a cidade de Macapá não está entre as três mais beneficiadas pela economia da borracha. Além disso, Belém desenvolveu-se primeiro que Manaus.

(AUGUSTO, 2017; BRASIL, 2019).

Gabarito: C

7. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

“Os portugueses, com vivência colonial já formada (África, Índia, etc.), passam a dominar os povos indígenas frouxamente organizados em termos de unidade política. É o momento do reajuste socioeconômico dos grupos nativos aos padrões de exploração mercantil. O resultado desse esforço será a destribalização dos grupos mais expostos, habitantes das margens do rio Amazonas e de seus afluentes próximos.”

(SOUZA, Márcio. Breve História da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 53)

Sobre o trabalho indígena nas missões é CORRETO afirmar que:

- A) logo no início da colonização, várias missões religiosas da Igreja Católica, representadas pela Companhia de Jesus, estabeleceram-se na região, catequizando os índios e empregando-os na exploração das drogas do sertão.
- B) os missionários empregavam os índios na mineração do ouro encontrado em Calçoene ainda no período Colonial.
- C) os missionários empregavam os indígenas do sexo masculino com mais de 12 anos no armazenamento e distribuição de arroz, no período em que não estavam coletando as drogas do sertão.
- D) os indígenas aceitavam de forma passiva a dominação dos jesuítas e o emprego de sua mão-de-obra na exploração das drogas do sertão e em trabalhos domésticos para os missionários.
- E) os missionários proibiram o emprego da população indígena na construção da Fortaleza de São José de Macapá.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa, de tal modo que as ordens religiosas chegaram a épocas diferentes na região, por exemplo: os carmelitas, em 1627, e os jesuítas, em 1636. Deparavam-se, porém, com os mesmos obstáculos, como a competição entre os colonos e entre as próprias ordens religiosas pelo "direito de administrar o indígena", visto tanto como mão de obra quanto



como servo de Deus. Os nativos eram os guias pela floresta ou pelos rios. Canoeiros, conduziam as embarcações nas longas expedições fortemente escoltadas, em meio a milhares de quilômetros, pelos cursos emaranhados d'água. Eram também caçadores, identificando a variada fauna, e coletores das "drogas do sertão", pois conheciam como ninguém a flora local. A coleta se organizou no Vale sob a coordenação dos missionários.

A alternativa B é incorreta, pois o ouro de Calçoene foi encontrado já após a Proclamação da República, mais especificamente em 1893 (alguns autores dizem que foi 1894), quando foi descoberto ouro no leito do rio Calçoene, pelos brasileiros Germano e Firmino Ribeiro, naturais de Curuçá, no Pará.

A alternativa C também é incorreta, uma vez que os jesuítas desenvolveram técnicas de contato e atração dos índios e logo aprenderam suas línguas e, a partir disso, os reuniram em povoados que, por vezes, abrigaram milhares de indivíduos de diferentes idades e sexos.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que as primeiras tentativas de evangelização foram informais, itinerantes, pouco coerentes e sem resultados significativos. Entre as principais dificuldades que encontraram estavam a ausência de instituições jurídicas e administrativas de apoio eficazes, a pouca colaboração das outras Ordens religiosas e a oposição dos colonizadores que já estavam instalados, para quem os índios eram tão desprezíveis quanto os negros e só lhes pareciam úteis como trabalhadores braçais.

A alternativa E também é incorreta, pois a Fortaleza de São José de Macapá teve a sua construção iniciada em 1764, enquanto os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal cinco anos antes, em 1759.

(AMAPÁ, 2016; BRASIL, 2019).

Gabarito: A

8. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

Embora a França tenha assinado o Tratado de Utrecht de 1713, que determinava que a região entre os Rios Araguaí e Oiapoque pertencia a Portugal, mas os franceses continuavam invadindo a área do Amapá na tentativa de conquistá-la. Diante dessa possibilidade os portugueses resolveram reforçar com a presença militar na região mantendo as [fortificações] já prontas e construindo outras.

(DIAS, Paulo. História do Amapá: o passado é o espelho do presente. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009, p. 29)

Sobre a construção de fortificações analise as afirmativas:

- I. Foi construída no Rio Curiaú a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, que por sua localização dava condição de avistar uma parte do Rio Amazonas, que não poderia ser avistada da Fortaleza de São José de Macapá.
- II. O Forte do Cumaú foi construído por ordem do Rei de Portugal devido a presença constante dos franceses nas terras do Amapá.



III. Apesar da Fortaleza de São José de Macapá jamais ter sido utilizada para combater embarcações estrangeiras, contribuiu para estabelecer o domínio português na Amazônia.

IV. Durante o período colonial, a Fortaleza de São José de Macapá tinha entre suas funções a de funcionar como refúgio, em caso do exército bater em retirada.

Estão CORRETAS

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa E está correta, pois de fato somente as proposições III e IV são verdadeiras.

A proposição I é falsa, porque o Forte de Santo Antônio do Macapá localizava-se na ponta da Cascalheira, à margem esquerda do rio Amazonas, na antiga Província do Tucujus, cerca de quinze quilômetros ao sul de Macapá, no atual estado do Amapá, por volta de 1688.

A proposição II também é falsa, uma vez que o Forte de Cumaú, construído em 1658 sobre os vestígios de um Forte inglês de mesmo nome, localizava-se na altura da atual ponta da Cascalheira, à margem esquerda do rio Amazonas, na antiga Província dos Tucujus, cerca de quinze quilômetros ao Sul de Macapá.

A proposição III é verdadeira, porque a Fortaleza de São José de Macapá é testemunha do vasto projeto de defesa da Amazônia desenvolvido pelo Marquês de Pombal. Desde a sua inauguração em 1782, a fortificação cumpriu a sua finalidade dissuasiva, jamais tendo necessidade de entrar em combate.

A proposição IV também é verdadeira, pois de fato durante o período colonial, a Fortaleza de São José de Macapá tinha entre suas funções a de funcionar como refúgio, em caso do exército bater em retirada. O recinto da praça era um quadrado perfeito, onde se acham oito edifícios apropriados para os diferentes exercícios de uma praça de guerra, paiol de pólvora, hospital, capela, praça de armas, armazéns, etc., sendo de construção à prova de bomba.

(BARRETO, 1958; BOGÉA; SCHLEE, 2017).

Gabarito: E

9. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

“Pombal, através de uma modalidade de instituição mercantilista, as companhias de comércio, introduziu no Estado do Grão-Pará, mudanças estruturais de grande significado. Tiveram como pontos centrais a política relativa à mão-de-obra indígena [...] O governo lusitano embora tenha declarado juridicamente livre os índios, permitia com maior



frequência que os diretores das vilas promovessem “descimentos” e resgates para seu uso próprio ou para uso dos moradores, que resistiam à importação de mão de obra escrava africana.”

(Texto adaptado do artigo de RAVENA, Nírvia. O Abastecimento no Século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vilas Circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A Escrita da História Paraense. Belém: UFPA, 1998. p. 37).

Considerando o fragmento acima, pode-se afirmar em relação ao trabalho indígena durante o diretório pombalino na Amazônia, na segunda metade do século XVIII, em especial na região que compreende o atual estado do Amapá.

I – Entre as mudanças significativas ocorridas durante o governo pombalino encontra-se a expulsão dos missionários da Amazônia, retirando-se o poder temporal dos Jesuítas sobre os índios.

II – O “Diretório dos Índios” foi o instrumento utilizado pelo governo lusitano para romper com a escravização dos índios, declarando-os juridicamente livres.

III – Os diretores e outros agentes coloniais das vilas resistiram à importação de mão de obra escrava africana impedindo a entrada de negros na região que compreende o atual estado do Amapá.

IV – A promoção de “descimentos” e resgates foram práticas utilizadas para aprisionar indígenas durante a política pombalina.

Estão CORRETAS:

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa B é a resposta certa, pois apenas as proposições I, II e IV estão corretas.

A proposição I está correta, pois de fato durante o governo pombalino uma das mudanças mais lembradas pela historiografia, por ser significativa na organização e administração da colônia, foi a expulsão dos missionários Jesuítas da Amazônia, retirando-se o poder temporal deles sobre os índios.

A proposição II também está correta, uma vez que o “Diretório dos Índios”, de 1758, foi uma das expressões da política metropolitana em relação aos índios, que escondeu, representou, legitimou ou falsificou uma série de interesses. O Diretório dos Índios organizou a vida de milhares de pessoas, durante quarenta anos. Suas formulações relativas às formas de organização do trabalho, de associação, de exploração dos recursos naturais informaram mais que uma geração de índios, mestiços, negros e brancos. De modo que mais do que um projeto para a colônia, ele constituiu-se



em processo colonial. Propunha a normatização de diversas práticas coloniais, estabelecendo critérios educacionais, administração da força de trabalho e relações entre indígenas e colonos. Mas, ao mesmo tempo em que regulava a liberdade das populações indígenas institucionalizava seu trabalho forçado.

A proposição III é falsa, pois no século XVIII aconteceu a partir de 1771, quando colonos lusos oriundos da costa africana migraram para a região do atual Estado do Amapá, de tal modo que diferentes regiões do Estado tem a população formada predominantemente por negros descendentes de escravos.

A proposição IV também está correta, uma vez que sob a vigência do “Diretório dos Índios”, até os anos 1798, várias unidades coloniais foram criadas a partir das antigas aldeias missionárias. O objetivo era levar as populações indígenas a realizar a transição para a vida civil, produzindo gêneros voltados ao comércio. O Diretório aliava projetos políticos, econômicos e sociais baseados no pensamento ilustrado, de modo a renovar o processo de assimilação e integração das populações indígenas à sociedade colonial.

(GOMES, 2012; FERNANDES, 2015).

Gabarito: B

10. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

“Desativada a cidade de Mazagão na África pela Carta Régia de 10 de março de 1769, decretada pelo rei D. José I, o Marquês de Pombal toma algumas providências necessárias para transferir as 340 famílias portuguesas sediadas no último reduto lusitano [...]. Das 340 famílias mazaganistas 136 começaram a ser transferidas em junho de 1771 para nova Mazagão amapaense, como passou a denominar-se o lugar desde 23 de janeiro de 1770, já elevada à categoria de vila”.

(MORAIS, P. D.; ROSÁRIO, I. S.; MORAIS, J. D. O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao Laudo Suíço. Macapá: JM Editora, 2006. p. 38-39)

O fragmento de texto acima trata da fundação e povoamento da Vila de Mazagão, situada nas atuais terras amapaenses, durante o governo de Marquês de Pombal, ministro de D. José I. Com relação a esse contexto é CORRETO afirmar:

- A) A transferência das famílias inclui razões de natureza geopolítica e econômica: Mazagão possuía terras em abundância, campos férteis para o desenvolvimento da agricultura e criação de gado e ficava no caminho do rio Amazonas.
- B) O ponto escolhido para a instalação da vila nova de Mazagão foi o rio Mutuacá, embora essa localização não permitisse o acesso rumo ao rio das Amazonas.
- C) A partir da fundação da vila de Mazagão os colonos transferidos de Mazagão Africana tiveram êxito constante no cultivo de arroz e algodão.
- D) Apesar de ser elevada à categoria de vila, Mazagão não dispunha de Câmara Municipal, o que dificultava as relações políticas locais.



E) A vila de Mazagão tinha com único objetivo receber as famílias transferidas da África para povoar e desenvolver a economia local, por isso a vila prosperou economicamente durante mais de dois séculos.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa, de tal modo que a Vila de Mazagão foi escolhida para receber a população da então possessão portuguesa de Mazagão, na Mauritânia (atual Marrocos), abandonada por ordem do Marquês de Pombal. Para as margens do rio Mutucá mudou-se, em 1769, grande número de índios, originários do rio Negro, com a incumbência de preparar terreno para o recebimento de colonos mazaganistas da África. No ano seguinte, o povoado recebeu a denominação de Nova Mazagão, em homenagem a seus esperados colonizadores. De fato, em 1771 chegaram 163 famílias, que procuraram se organizar nos moldes da pátria distante. Montou-se a primeira olaria. Os produtos agrícolas foram alvo de dedicação especial. Considerando o difícil acesso a Mazagão, situada em estreito rio, foi a sede municipal transferida para a povoação de Vila Nova do Anauerapucu com o nome de Mazaganópolis. Posteriormente, veio a chamar-se Mazagão, ficando a antiga com a denominação de Mazagão Velho. Em 13 de setembro de 1943, o município passou a integrar o Território Federal do Amapá, desligando-se do estado do Pará.

A alternativa B é incorreta, pois um dos limites de Mazagão é justamente a foz do rio Amazonas, a sudeste.

A alternativa C também é incorreta, pois Mazagão foi conhecida pela sua agricultura e pelo destaque no setor oleiro-cerâmico.

A alternativa D também é incorreta, primeiro porque em 1770 foi criado o Distrito de Mazagão, segundo porque foi a dificuldade do acesso a Mazagão que resultou na transferência da sede municipal para a povoação de Vila Nova do Anauerapucu com o nome de Mazaganópolis.

A alternativa E também é incorreta, pois em 1783 houve uma grande epidemia na região, de tal modo que os moradores sobreviventes puderam abandonar o local e migrar para onde quisessem. O sofrimento das famílias, muitos cavaleiros fidalgos da Casa Real, ainda era marcante em 1801, já que registraram queixa ao príncipe regente, D. João VI, para o pagamento imediato de moradias atrasadas.

(MAZAGÃO, 2017; IBGE, 2019).

Gabarito: A

11. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

Considerando a formação de comunidades quilombolas e afro-descendentes na região que compreende o atual estado do Amapá, analise as assertivas abaixo.

I - Historicamente no Amapá, assim como em outras regiões do Brasil, existem comunidades quilombolas o que demonstra a fuga de escravos para regiões afastadas, a organização e a resistência dos negros diante da escravidão, desde os tempos coloniais.



II – A presença de comunidades quilombolas e afrodescendentes na região do Amapá está relacionada com a vinda de famílias de Mazagão Africana que trouxeram vários escravos negros.

III – As comunidades quilombolas no Amapá estão localizadas somente na zona rural, somente às margens do rio pedreira, local onde refugiavam-se os fugitivos da escravidão durante a colonização das terras amapaenses.

IV - No Amapá, o Curiaú foi a primeira e a única comunidade a ser reconhecida como quilombola.

Estão CORRETAS:

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa C é a resposta certa, pois apenas as proposições I e II estão corretas.

A proposição I é correta, porque de fato os escravos africanos foram tirados de seu local de origem e trazidos para o Brasil para suprir a falta de mão de obra, na qual era um dos problemas enfrentados pelos ibéricos. Nesse período Colonial devido aos diversos maus tratos e castigos que sofriam, os escravos fugiam para aldeamentos conhecidos como quilombos ou mocambos. Vale dizer que o trânsito de fugas entre Grão-Pará e Guiana Francesa aumentou significativamente entre os anos de 1840 e 1850, pois em 1848 o cativeiro era abolido nas regiões da Guiana Francesa e os fugitivos iam em busca da tão almejada liberdade. Contudo, as tentativas de liberdade foram frustrantes, pois ao chegar às terras de Cayenna, após longas viagens de navio, o governo francês não era a favor da entrada e permanência de pretos, embora livres, ou escravos e esses eram mandados de volta para as terras brasileiras, alojando na região do atual Estado do Amapá.

A proposição II também é correta, porque de fato a presença de comunidades quilombolas e afrodescendentes na região do Amapá está relacionada com a vinda de famílias de Mazagão Africana que trouxeram vários escravos negros, por volta de 1771, quando chegaram na região do atual Estado do Amapá para povoar uma vila fundada por D. José I, hoje conhecida como Mazagão Velho.

A proposição III é incorreta, pois mesmo na capital do Estado, Macapá, existem comunidades quilombolas, como as comunidades quilombolas do Ambé, em Macapá, e São Tomé do Aporema, em Tartarugalzinho, distante a 230 quilômetros da capital.

A proposição IV também é incorreta, pois no ano de 2016 no Amapá existiam 200 comunidades quilombolas identificadas, sendo 47 certificadas junto a Fundação Palmares e outras quatro tituladas através Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (Incra).



(TRUGILLO, 2016; CARVALHO; TEODORO; FILOCREÃO, 2017).

Gabarito: C

12. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

Sobre a cidade de Mazagão no Amapá, seu entorno e sua estrutura social, é CORRETO afirmar que

- A) Mazagão Velho abriga uma das principais comunidades negra do Amapá, descendentes dos escravos que no processo de resistência se reagrupavam ao redor da vila.
- B) a festa de São Tiago é uma manifestação religiosa que ao longo do tempo foi amplamente apoiada pela Igreja Católica, mas que na última década, já não encontra ressonância positiva em função de impactos ambientais que a festa provoca.
- C) o passado de conformismo da população de Mazagão possibilitou, nestas últimas décadas, a intensificação da força da memória quilombola, principalmente porque o ideário da comunidade mazaganense manteve-se legalista e legitimista.
- D) A instabilidade política e social, a insalubridade do sítio, o isolamento da cidade e precariedade da atividade econômica levaram importante parcela da população mazaganense a migrar para as terras de negro do rio Trombetas.
- E) Em função das diversas tensões políticas que a região de Mazagão enfrentou no final do século XIX, perdeu-se, em 1888, a possibilidade de ser elevada da condição de vila para receber o título de cidade, título que recebeu em 1960.

Comentários

A alternativa A está correta, pois de fato Mazagão Velho abriga uma das principais comunidades negra do Amapá, descendentes dos escravos que no processo de resistência se reagrupavam ao redor da vila. No século XVIII, a partir de 1771, quando colonos lusos oriundos da costa africana migraram para a região do atual Estado do Amapá, de tal modo que diferentes regiões do Estado tem a população formada predominantemente por negros descendentes de escravos.

A alternativa B é falsa, pois a festa de São Tiago é uma manifestação religiosa que ainda hoje é amplamente apoiada pela Igreja Católica. A partir de 1777, em reverência a São Tiago, os moradores da região reviveram as batalhas que cristãos e muçulmanos travaram no Continente Negro. O evento fundamenta-se na lenda que conta o aparecimento de São Tiago como o anônimo soldado que lutou heroicamente contra os mouros. A lenda enfoca vários personagens e passagens interessantes: Desde a conquista das terras africanas, os lusitanos, fervorosos católicos, tentaram obrigar os muçulmanos a se tornarem cristãos e aceitarem a fé em Cristo e o batismo de sua religião. Esse fato provocou a reação dos seguidores de Maomé que declararam guerra aos cristãos, estes liderados na época pelos capitães Atalaia, Jorge e Tiago.

A alternativa C também é falsa, pois não se trata de um passado de conformismo. Os habitantes ligam sua história àquela dos negros, escravos ou não, que não tiveram a opção de fugir das epidemias, permanecendo no lugar. Sustentam que certos negros conseguiram escapar das doenças, encontrando-se na origem das vilas próximas, algumas sendo fundadas como quilombos.



Com essa narrativa, fortalecida com a crença de que o Marrocos é povoado de gente de pele escura, pois está na África, o Mazagão Velho firma-se como vila negra e coloca-se na origem dos lugares vizinhos.

A alternativa D também é falsa, pois ao reconhecer por Lei o caráter multicultural e pluriétnico da Nação, a Constituição de 1988 marca uma ruptura importante com a ideologia dominante anterior, que sustentava a ideia de uma miscigenação cultural e biológica bem-sucedida e harmoniosa. A partir dessa data, o Estado admite oficialmente que o período da colonização e da escravidão causou sofrimento intenso a segmentos particulares da população e que esses crimes do passado deixaram sequelas até hoje. Atesta isto o fato dos descendentes de escravos estarem entre os mais pobres e os povos indígenas terem as suas terras e suas culturas ameaçadas. As novas orientações visam, então, elaborar políticas públicas para compensar e reparar os danos junto às vítimas da violência que se encontram por isso marginalizadas: os índios e os negros terão acesso a direitos diferenciados nas áreas da saúde, da educação e do território.

A alternativa E também é falsa, pois o Município de Mazagão foi criado pela Lei nº 226, em 28 de novembro de 1890.

(BOYER, 2008).

Gabarito: A

13. (UNIFAP - PC-AP - 2006)

“Com a criação da Capitania do Cabo Norte, os administradores adotaram uma política de defesa para garantir as possessões já ocupadas militarmente e levar adiante a construção de fortificações que dessem segurança às tropas e às populações da região. Em 1660, as autoridades portuguesas começaram de fato sua política de defesa e segurança da região. Fundaram um fortim à beira do Rio Amazonas. A difícil missão de conter a invasão francesa fez com que outros fortes fossem construídos, um em Macapá e outro na região do rio Paru.[...] O que não resolveu a situação, carecendo de outros meios para que se pudesse chegar a um consenso e resolver o conflito de fronteiras que se acirrava cada vez mais na região.

(CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Momentos da História da Amazônia. Imperatriz: Ética, 1998, p.181)

Sobre a demarcação de fronteiras do território amapaense, analise as afirmativas:

I – A fim de se resolver o impasse através de medidas legais, Portugal firmou com os franceses o Tratado Provisional, pelo qual ficava neutra a área do conflito, onde tanto a franceses como a portugueses era vedado ocupar as ditas terras, ficando suspensas quaisquer tentativas de posse de ambas as partes.

II – Foi assinado o Tratado de Utrecht entre Portugal e França, ficando determinado que o Rio Oiapoque seria o limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. O acordo foi desrespeitado pela França, pois julgaram o tratado condescendente a Portugal.



III – A França voltou a reclamar a posse de parte das terras situadas entre os rios Araguari e Oiapoque. O imperador Napoleão Bonaparte, sustentado pelo poderio militar francês, determinou o limite entre o Brasil e a Guiana, pelo rio Calçoene. Anulou os tratados anteriores e impôs o rio Araguari como limite entre as duas nações.

IV – A região do Contestado foi integrada definitivamente ao território brasileiro em 1900 pelo Laudo Suíço, que acolheu os argumentos brasileiros defendidos pelo Barão de Rio Branco, confirmando o Rio Oiapoque como a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Apenas em 1955 foi instalada a “Comissão Mista Brasileira Francesa” com vistas à demarcação definitiva da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

- A) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- D) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

Comentários

A alternativa E está correta, pois de fato todas as proposições são verdadeiras.

A proposição I é verdadeira, porque o Tratado Provisional, de 4 de março de 1700, tentou resolver o impasse através de medidas legais entre Portugal e França. Mas após a assinatura do Tratado Provisional foram obrigados a abandonar a região, porque esse acordo determinava a neutralização, proibindo até mesmo que colonos portugueses ou franceses se estabelecessem no local. O Tratado Provisional foi ratificado em 18 de julho de 1701, ficando pendente a questão de limites. Mas os franceses não o respeitaram e continuaram incursionando pela região. Os portugueses protestaram e anularam os dois acordos, ao mesmo tempo em que apelavam à sua aliada Inglaterra, para que intervisse, visando a uma solução negociada da questão.

A proposição II também é verdadeira, de tal modo que o Tratado de Utrecht entre Portugal e França, estabeleceu o rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. A assinatura do Tratado de Utrecht, embora correto e justo foi entendido por segmentos da sociedade francesa como condescendente, vindo influenciar os governantes da Guiana Francesa, que não respeitariam esse acordo, determinando incursões na área. O auge dessas investidas, ocorreu quando governava aquela Colônia, Claude d'Orvilhers, com corsários franceses aprisionando indígenas para escravizá-los.

A proposição III também é verdadeira, porque as vitórias dos franceses nas guerras revolucionárias e napoleônicas lhes permitiram impor aos portugueses a fronteira no rio Calçoene no tratado de Paris em 1797, depois no rio Araguari em 1801 pelo tratado de Badajós confirmado pelo tratado de Amiens em 1802. Porém, a fraqueza de suas instalações na região seria uma forte desvantagem frente aos portugueses, aliado aos ingleses na luta contra o imperador dos franceses, Napoleão 1º.



A proposição IV também é verdadeira, uma vez que em se tratando sobre a arbitragem helvética de 1900 que atribuiu definitivamente o Contestado ao Brasil, a historiografia brasileira usa o termo “laudo suíço” enquanto a francesa evoca o “traité de Berne” (tratado de Berna). Isso mostra que para o Brasil, a incorporação do Território Contestado não foi uma manifestação de expansionismo, mas sim de uma decisão de justiça, pelo reconhecimento oficial de uma injustiça que tirou da soberania brasileira um território que lhe tinha sido atribuído duas vezes com tratados internacionais, em 1713 e 1817.

(GRANGER, 2011).

Gabarito: E





1. (FCC - PC-AP - 2017 - Delegado)

A história da fundação da vila na localidade de Macapá, no período colonial, está diretamente relacionada

- A) à chegada de milhares de “deportados” no território brasileiro, enviados pela Coroa Portuguesa a fim de constituírem pequenos núcleos autônomos de povoamento, sendo um deles fundado em Macapá.
- B) ao combate aos numerosos quilombos que ali foram constituídos por escravos de outras regiões, razão pela qual se construiu uma Intendência que servia de base para as capturas e cujo marco central era um pelourinho.
- C) às entradas e bandeiras que foram abundantes no período e levaram bandeirantes paulistas a se enveredarem pelo norte do Brasil, onde acharam minérios e fundaram vilas, a exemplo da Vila de São José do Macapá.
- D) à preocupação, por parte da Coroa Portuguesa, em ocupar o território mediante a construção de fortes e vilas em locais estratégicos, a exemplo da Fortaleza de São José do Macapá.
- E) ao empenho dos jesuítas em construírem missões exploratórias no Novo Mundo, razão pela qual se instalaram em Macapá e lá passaram a usar mão de obra indígena para extrair e exportar o pau-brasil para Portugal.

2. (FCC - PC-AP - 2017 - Delegado)

A fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil foi alvo de constantes divergências e conflitos entre os dois países. A chamada “Questão do Amapá” só foi legalmente solucionada

- A) após a atuação da diplomacia brasileira, quando o Barão do Rio Branco obteve posicionamento favorável da arbitragem internacional do governo da Suíça, que reconheceu que o Brasil tinha direito às terras localizadas ao sul do rio Oiapoque, antes pertencentes ao Império Português.
- B) depois da derrota das tropas francesas que haviam invadido parte do território do Amapá, avançando até o rio Araguari, e foram vencidas pelo Exército Brasileiro, com a colaboração de milícias armadas enviadas pela Guiana e pelo Suriname.
- C) mediante um acordo pacífico entre a França e o Brasil, que estabeleceu os limites fronteiriços definitivos, em troca de favorecimentos comerciais envolvendo as cidades de Caiena e Macapá, bem como a livre navegação dos rios de ambos os territórios envolvidos.



D) durante a Segunda Guerra Mundial, quando França e Brasil apoiaram conjuntamente os Aliados, e cessaram suas disputas por fronteira em nome do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro por diversos países sul-americanos.

E) por pressão do governo dos Estados Unidos, interessado na exploração de minério de ferro e manganês na região, a qual estava sendo prejudicada pelos conflitos territoriais, solucionados com a vinda de peritos que deram ganho de causa ao Brasil.

3. (FCC - PM-AP - Soldado Polícia Militar / 2017)

Em diferentes momentos históricos, houve disputas entre portugueses e demais colonizadores europeus pela ocupação da região do Amapá. Durante o período colonial, um episódio, que exemplifica essas disputas é o da

A) expulsão dos holandeses, por tropas portuguesas e brasileiras, quando estes ocuparam inicialmente o Nordeste e estenderam seus domínios por toda a região Norte.

B) reivindicação dessa região pela França como sendo parte de seu território além-mar, apesar da divisão territorial em favor de Portugal ter sido oficializada pelo Tratado de Utrecht.

C) construção da Fortaleza de São José de Macapá, para proteger a região da constante invasão de piratas ingleses e de embarcações russas atraídos pelos minérios e pelo comércio da borracha.

D) assinatura do Tratado de Tordesilhas, entre Espanha e Portugal, que retirou a região do Amapá e suas adjacências da possessão da Coroa espanhola, após diversos conflitos coloniais.

E) decretação da Guerra da Lagosta, entre colonos portugueses e franceses, uma vez que habitantes da Guiana Francesa pescavam ilegalmente lagostas no litoral brasileiro.

4. (FCC - PM-AP - Soldado Polícia Militar / 2017)

A formação de vilas de colonização portuguesa na região do Amapá aconteceu quando foram

A) descobertas jazidas de ouro nas encostas do rio Amazonas, próximas a sua foz, por colonos aventureiros remanescentes da tripulação de Pedro Álvares Cabral, em 1621.

B) enviadas diversas tropas reais portuguesas para combater as tribos indígenas da região, que foram completamente dizimadas nesses combates, em meados do século XVI.

C) distribuídas as capitanias hereditárias, pela Coroa Portuguesa, em 1534, sendo a capitania do Amapá a mais isolada e a de maior extensão territorial em toda a colônia.

D) empreendidas ações de povoamento, no século XVIII, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando este foi governador do Estado do Grão Pará e Maranhão.

E) erguidas várias casas e uma praça central, no século XVII, pelo colonizador português Francisco de Orellana que batizou esse lugar de Adelantado de Nueva Andaluzia.



5. (SEAD-AP - FGV / 2010)

Desde meados do século XVII até meados do século XVIII, a economia regional amazônica se fundamentou na força de trabalho indígena, organizada pelas ordens religiosas em missões no interior do vale do Amazonas e em reduções no Baixo Amazonas. As reduções eram aldeamentos de indígenas:

- A) transplantados de várias regiões amazônicas, cujo trabalho se dividia entre o sustento das aldeias e das fazendas dos religiosos.
- B) nascidos no Baixo Amazonas, cujo trabalho era totalmente voltado para os colonos.
- C) escravizados, cujo trabalho era destinado ao sustento das ordens religiosas localizadas no Baixo Amazonas.
- D) escravizados, cujo trabalho era utilizado nas aldeias dos colonos do Baixo Amazonas.
- E) localizados nas cidades do Baixo Amazonas, cujo trabalho se destinava ao auto-sustento.

6. (SEAD-AP - FGV / 2010)

O sistema ou cadeia de aviação era o principal sistema de financiamento da economia da borracha, e consistia na compra de mercadorias a crédito. As cidades mais beneficiadas por esse sistema foram em ordem de importância:

- A) Belém, Manaus, e Macapá.
- B) Manaus, Belém, e Santana.
- C) Belém, Manaus, e Santarém.
- D) Belém, Manaus, Altamira.
- E) Manaus, Belém, e Macapá.

7. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

“Os portugueses, com vivência colonial já formada (África, Índia, etc.), passam a dominar os povos indígenas frouxamente organizados em termos de unidade política. É o momento do reajuste socioeconômico dos grupos nativos aos padrões de exploração mercantil. O resultado desse esforço será a destribalização dos grupos mais expostos, habitantes das margens do rio Amazonas e de seus afluentes próximos.”

(SOUZA, Márcio. Breve História da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 53)

Sobre o trabalho indígena nas missões é CORRETO afirmar que:

- A) logo no início da colonização, várias missões religiosas da Igreja Católica, representadas pela Companhia de Jesus, estabeleceram-se na região, catequizando os índios e empregando-os na exploração das drogas do sertão.



- B) os missionários empregavam os índios na mineração do ouro encontrado em Calçoene ainda no período Colonial.
- C) os missionários empregavam os indígenas do sexo masculino com mais de 12 anos no armazenamento e distribuição de arroz, no período em que não estavam coletando as drogas do sertão.
- D) os indígenas aceitavam de forma passiva a dominação dos jesuítas e o emprego de sua mão-de-obra na exploração das drogas do sertão e em trabalhos domésticos para os missionários.
- E) os missionários proibiram o emprego da população indígena na construção da Fortaleza de São José de Macapá.

8. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

Embora a França tenha assinado o Tratado de Utrecht de 1713, que determinava que a região entre os Rios Araguari e Oiapoque pertencia a Portugal, mas os franceses continuavam invadindo a área do Amapá na tentativa de conquistá-la. Diante dessa possibilidade os portugueses resolveram reforçar com a presença militar na região mantendo as [fortificações] já prontas e construindo outras.

(DIAS, Paulo. História do Amapá: o passado é o espelho do presente. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009, p. 29)

Sobre a construção de fortificações analise as afirmativas:

- I. Foi construída no Rio Curiaú a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, que por sua localização dava condição de avistar uma parte do Rio Amazonas, que não poderia ser avistada da Fortaleza de São José de Macapá.
- II. O Forte do Cumaú foi construído por ordem do Rei de Portugal devido a presença constante dos franceses nas terras do Amapá.
- III. Apesar da Fortaleza de São José de Macapá jamais ter sido utilizada para combater embarcações estrangeiras, contribuiu para estabelecer o domínio português na Amazônia.
- IV. Durante o período colonial, a Fortaleza de São José de Macapá tinha entre suas funções a de funcionar como refúgio, em caso do exército bater em retirada.

Estão CORRETAS

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) Apenas III e IV.



9. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

“Pombal, através de uma modalidade de instituição mercantilista, as companhias de comércio, introduziu no Estado do Grão-Pará, mudanças estruturais de grande significado. Tiveram como pontos centrais a política relativa à mão-de-obra indígena [...] O governo lusitano embora tenha declarado juridicamente livre os índios, permitia com maior frequência que os diretores das vilas promovessem “descimentos” e resgates para seu uso próprio ou para uso dos moradores, que resistiam à importação de mão de obra escrava africana.”

(Texto adaptado do artigo de RAVENA, Nírvia. O Abastecimento no Século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vilas Circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A Escrita da História Paraense. Belém: UFPA, 1998. p. 37).

Considerando o fragmento acima, pode-se afirmar em relação ao trabalho indígena durante o diretório pombalino na Amazônia, na segunda metade do século XVIII, em especial na região que compreende o atual estado do Amapá.

I – Entre as mudanças significativas ocorridas durante o governo pombalino encontra-se a expulsão dos missionários da Amazônia, retirando-se o poder temporal dos Jesuítas sobre os índios.

II – O “Diretório dos Índios” foi o instrumento utilizado pelo governo lusitano para romper com a escravização dos índios, declarando-os juridicamente livres.

III – Os diretores e outros agentes coloniais das vilas resistiram à importação de mão de obra escrava africana impedindo a entrada de negros na região que compreende o atual estado do Amapá.

IV – A promoção de “descimentos” e resgates foram práticas utilizadas para aprisionar indígenas durante a política pombalina.

Estão CORRETAS:

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

10. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

“Desativada a cidade de Mazagão na África pela Carta Régia de 10 de março de 1769, decretada pelo rei D. José I, o Marquês de Pombal toma algumas providências necessárias para transferir as 340 famílias portuguesas sediadas no último reduto lusitano [...]. Das 340 famílias mazaganistas 136 começaram a ser transferidas em junho de 1771 para nova



Mazagão amapaense, como passou a denominar-se o lugar desde 23 de janeiro de 1770, já elevada à categoria de vila”.

(MORAIS, P. D.; ROSÁRIO, I. S.; MORAIS, J. D. O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao Laudo Suíço. Macapá: JM Editora, 2006. p. 38-39)

O fragmento de texto acima trata da fundação e povoamento da Vila de Mazagão, situada nas atuais terras amapaenses, durante o governo de Marquês de Pombal, ministro de D. José I. Com relação a esse contexto é CORRETO afirmar:

- A) A transferência das famílias inclui razões de natureza geopolítica e econômica: Mazagão possuía terras em abundância, campos férteis para o desenvolvimento da agricultura e criação de gado e ficava no caminho do rio Amazonas.
- B) O ponto escolhido para a instalação da vila nova de Mazagão foi o rio Mutuacá, embora essa localização não permitisse o acesso rumo ao rio das Amazonas.
- C) A partir da fundação da vila de Mazagão os colonos transferidos de Mazagão Africana tiveram êxito constante no cultivo de arroz e algodão.
- D) Apesar de ser elevada à categoria de vila, Mazagão não dispunha de Câmara Municipal, o que dificultava as relações políticas locais.
- E) A vila de Mazagão tinha com único objetivo receber as famílias transferidas da África para povoar e desenvolver a economia local, por isso a vila prosperou economicamente durante mais de dois séculos.

11. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

Considerando a formação de comunidades quilombolas e afro-descendentes na região que compreende o atual estado do Amapá, analise as assertivas abaixo.

I - Historicamente no Amapá, assim como em outras regiões do Brasil, existem comunidades quilombolas o que demonstra a fuga de escravos para regiões afastadas, a organização e a resistência dos negros diante da escravidão, desde os tempos coloniais.

II – A presença de comunidades quilombolas e afrodescendentes na região do Amapá está relacionada com a vinda de famílias de Mazagão Africana que trouxeram vários escravos negros.

III – As comunidades quilombolas no Amapá estão localizadas somente na zona rural, somente às margens do rio pedreira, local onde refugiavam-se os fugitivos da escravidão durante a colonização das terras amapaenses.

IV - No Amapá, o Curiaú foi a primeira e a única comunidade a ser reconhecida como quilombola.

Estão CORRETAS:

- A) Apenas I e III.



- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

12. (SEAD-AP - UNIFAP - GEA/2009)

Sobre a cidade de Mazagão no Amapá, seu entorno e sua estrutura social, é CORRETO afirmar que

- A) Mazagão Velho abriga uma das principais comunidades negra do Amapá, descendentes dos escravos que no processo de resistência se reagrupavam ao redor da vila.
- B) a festa de São Tiago é uma manifestação religiosa que ao longo do tempo foi amplamente apoiada pela Igreja Católica, mas que na última década, já não encontra ressonância positiva em função de impactos ambientais que a festa provoca.
- C) o passado de conformismo da população de Mazagão possibilitou, nestas últimas décadas, a intensificação da força da memória quilombola, principalmente porque o ideário da comunidade mazaganense manteve-se legalista e legitimista.
- D) A instabilidade política e social, a insalubridade do sítio, o isolamento da cidade e precariedade da atividade econômica levaram importante parcela da população mazaganense a migrar para as terras de negro do rio Trombetas.
- E) Em função das diversas tensões políticas que a região de Mazagão enfrentou no final do século XIX, perdeu-se, em 1888, a possibilidade de ser elevada da condição de vila para receber o título de cidade, título que recebeu em 1960.

13. (UNIFAP - PC-AP - 2006)

“Com a criação da Capitania do Cabo Norte, os administradores adotaram uma política de defesa para garantir as possessões já ocupadas militarmente e levar adiante a construção de fortificações que dessem segurança às tropas e às populações da região. Em 1660, as autoridades portuguesas começaram de fato sua política de defesa e segurança da região. Fundaram um fortim à beira do Rio Amazonas. A difícil missão de conter a invasão francesa fez com que outros fortes fossem construídos, um em Macapá e outro na região do rio Paru.[...] O que não resolveu a situação, carecendo de outros meios para que se pudesse chegar a um consenso e resolver o conflito de fronteiras que se acirrava cada vez mais na região.

(CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Momentos da História da Amazônia. Imperatriz: Ética, 1998, p.181)

Sobre a demarcação de fronteiras do território amapaense, analise as afirmativas:



I – A fim de se resolver o impasse através de medidas legais, Portugal firmou com os franceses o Tratado Provisional, pelo qual ficava neutra a área do conflito, onde tanto a franceses como a portugueses era vedado ocupar as ditas terras, ficando suspensas quaisquer tentativas de posse de ambas as partes.

II – Foi assinado o Tratado de Utrecht entre Portugal e França, ficando determinado que o Rio Oiapoque seria o limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. O acordo foi desrespeitado pela França, pois julgaram o tratado condescendente a Portugal.

III – A França voltou a reclamar a posse de parte das terras situadas entre os rios Araguari e Oiapoque. O imperador Napoleão Bonaparte, sustentado pelo poderio militar francês, determinou o limite entre o Brasil e a Guiana, pelo rio Calçoene. Anulou os tratados anteriores e impôs o rio Araguari como limite entre as duas nações.

IV – A região do Contestado foi integrada definitivamente ao território brasileiro em 1900 pelo Laudo Suíço, que acolheu os argumentos brasileiros defendidos pelo Barão de Rio Branco, confirmando o Rio Oiapoque como a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Apenas em 1955 foi instalada a “Comissão Mista Brasileira Francesa” com vistas à demarcação definitiva da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

- A) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- D) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- E) Todas as alternativas estão corretas.





1. Alternativa D
2. Alternativa A
3. Alternativa B
4. Alternativa D

5. Alternativa A
6. Alternativa C
7. Alternativa A
8. Alternativa E
9. Alternativa B

10. Alternativa A
11. Alternativa C
12. Alternativa A
13. Alternativa E



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem, querido concurseiro. Se chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Te encontro na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.